MANDATO XIII

ATA Nº. 38/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2025

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no pequeno Auditório do Forum Braga, desta cidade, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Primeira Secretária e da Senhora Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira, como Segunda Secretária. ***MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e um membros.* ***ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTES MEMBROS****: João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira Lima Antunes Lopes, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, José Pedro Pires Machado, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, Catarina Lourenço Ribeiro, José Miguel Ferreira da Silva, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Fausto Alves Farinha, Nélson Jorge Ferreira*

Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Suzana Rafaela Ferreira Leite, João Jorge Ferreira Baptista, Sandra de Oliveira Cardoso, João Pedro Carvalho Melo, António Meireles de Magalhães Lima, Renato Célio Marinho Silva, Márcia Raquel Soares Ferraz, Francisco Jorge Vieira da Silva, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Valdemar Manuel Gomes Maia, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Raquel Nair Carvalho Cerqueira Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Hélder Duarte, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário Nuno Costa Batista, Sandra Maria Araújo Costa, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira. ***SUSPENSÕES TEMPORÁRIAS DE MANDATO****: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Jorge Daniel Paredes Abreu, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Sandra Cristina Andrade Carvalho, João Manuel Garcia*

Rodrigues, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo, Alexandre Sérgio Mano, Marta Soares Silva Dias, Jorge Miguel Fernandes Vilela, Adriana Patrícia Silva Remelhe, José Fernando Bessa Ribeiro, Isabel Cristina Monteiro Pontes, António Filipe Dias Melo Peixoto e Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior. ***JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS****: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a justificação de falta de Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, José Oliveira da Silva e João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva.* ***FALTOU O SEGUINTE MEMBRO****: Isabel Mariana Duarte Monteiro. Passou-se ao* ***PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO****. Neste período registou-se a intervenção da* ***SRª. CARLA NÚRIA RAMALHO GONÇALVES*** *para referir que: "Dirigimo-nos a esta Assembleia Municipal em nome do coletivo de moradores da Rua Luís Soares Barbosa, na freguesia de São Vítor, com o objetivo de reafirmar a nossa preocupação e o nosso apelo à responsabilidade institucional relativamente à construção do Complexo Desportivo Supera, em pleno espaço verde urbano. Passaram já dezanove meses desde a entrega da nossa petição a esta Assembleia, e mais de catorze meses desde a nossa reunião com a Comissão de Urbanismo, Planeamento, Trânsito, Ambiente e Proteção Civil. Durante todo este tempo, temos procurado esclarecimentos, contribuído com informação relevante, apresentado documentação técnica e mantido o diálogo aberto. Ainda assim, continuamos sem respostas claras, nem decisões públicas concretas. Na semana passada, recebemos a resposta da IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) à nossa denúncia (entre as várias que fizemos), longe de encerrar a questão, reforça as nossas preocupações. A resposta: Confirma a existência da ribeira de São Vítor, contrariando declarações políticas de que ela teria "desaparecido"; Faz referência à Lei número cinquenta e quatro barra dois mil e cinco, que define a margem de proteção de dez metros para linhas de água*

não navegáveis (como é o caso da ribeira de São Vítor); no entanto, aceita um afastamento de apenas cinco metros entre a construção e a linha de água entubada, sem explicar o porquê de não se respeitar a Lei número cinquenta e quatro barra dois mil e cinco. Seja pelo afastamento da construção, seja pela implantação da vedação, o projeto não cumpre a lei, dado que se sobrepõem ao canal da ribeira impedindo o livre acesso à totalidade do domínio hídrico. A isto, soma-se o facto de que, no novo PDM em revisão, a linha de água foi eliminada dos mapas, quando sabemos que ela existe, que está entubada desde as Sete Fontes e que desagua no Rio Este. Perguntamos: com que base técnica e legal foi tomada esta decisão? Com a informação oficial que temos hoje, através da resposta da IGAMAOT a linha de água irá ser devolvida ao importantíssimo documento que é o PDM em revisão? Estamos perante uma situação grave. Não se trata apenas da destruição de um espaço verde. Trata-se da interferência com um curso de água, da potencial violação da legislação em vigor, e do risco que isso pode representar para pessoas e bens, num tempo em que todos devíamos estar mais atentos às consequências das alterações climáticas. O que se passou recentemente em Valência, chuvas fortes aliadas aos desvios sucessivos das linhas de água, deveria servir de alerta. Por tudo isto, apelamos a esta Assembleia para que: Solicite formalmente o acesso público ao conteúdo completo do TUA emitido pela APA; Exija esclarecimentos sobre a eliminação da linha de água no novo PDM; Promova uma discussão séria, técnica e transparente sobre o futuro deste projeto. Braga é uma cidade com futuro, e o futuro constrói-se com respeito pelas pessoas, pelo território, ambiente e pela lei. Estamos aqui para defender isso mesmo - e contamos com o vosso sentido de responsabilidade institucional. Relembramos que se assinalam este ano cinquenta anos das primeiras eleições livres e verdadeiramente participadas por todos os cidadãos. No entanto, em Braga, a participação cívica ativa continua a ser

desvalorizada - desde logo pelo próprio regulamento desta Assembleia Municipal. O coletivo de moradores continua sem obter respostas, quer do executivo camarário, quer dos grupos municipais aqui representados. A democracia não se esgota no ato eleitoral. A democracia constrói-se todos os dias, através da escuta, do diálogo e da participação dos cidadãos que todos vós sentados neste auditório representam. Por isso, apelamos com firmeza: não nos continuem a ignorar. Este é um dever democrático, institucional e, acima de tudo, um dever de respeito para com a população que aqui vos confiou representação". Seguiu-se a intervenção do ***SR. FRANCISCO RODRIGUES FERREIRA*** *para salientar que: "sou morador na Rua das Regadinhas, em Lomar, há quarenta e um anos. Quando fui viver para a minha casa, os únicos carros que se ouviam chegar eram o meu, o do meu vizinho do lado e do vizinho da frente. Hoje temos uma autoestrada. Quando se abriu a estrada de Lomar a Nogueira, já lá havia habitantes. Agora queremos que nos dêem condições de vida, porque há gente que vive lá. Temos o passeio ao lado do muro da Torrestir que está uma vergonha. Passem lá e verifiquem. Como não bastasse, temos uns pavilhões ao lado onde batem jantes toda a noite e ao sábado trabalham o turno completo até uma, duas horas da tarde. Começam às seis e meia da manhã ou seis horas da manhã a trabalhar. Temos a passadeira em frente ao restaurante "As manas", que está em cima de uma curva e os carros com a velocidade que vêem de Nogueira para baixo, se não nos pusermos à cautela, levamos com eles em cima. Fizemos pressão na Junta de Nogueira, no anterior executivo de Lomar, sobre o piso da rua e meteram o tapete, chegaram ao final da Rua de Nogueira e pararam. Para baixo não há gente a viver. Tudo foi entregue ao executivo de Nogueira, de Lomar, à Câmara Municipal e aguardamos uma resposta sobre esse assunto, que dizem que aquela zona não é prioritária. Só somos prioritários para votar. A velocidade, é uma autêntica autoestrada. Eu já tive um episódio em que*

paro do lado esquerdo para abrir o portão, para entrar para a garagem e vem um camião de cimento, de cima, com velocidade, vê-me ali, via que não passava, buzinou-me e eu perguntei-lhe, porque é que me estás a buzinar? E o senhor não vê que eu não tenho distância para parar? Com a velocidade que ele vinha, numa coisa de cem metros, disse que não tinha distância para parar. O ruído que os camiões fazem com aquela tonelagem toda a passar ali carregados, a sair do alcatrão e a entrar no paralelo. Aconselho-os a passarem lá algum tempo e ver o sacrifício que a gente está a viver. A partir das cinco horas da manhã, é quando há mais movimento, aquele pessoal que vai trabalhar para a Bosch, à frente do meu portão, eles batem lá. São carros baixos e batem. Há gente que no dia seguinte vai trabalhar. Agradecíamos que verificassem todos esses assuntos, porque nós somos de Braga também". Na terceira intervenção usou da palavra o ***SR. ANTÓNIO FERREIRA****, para dizer que: "sou morador na Rua das Regadinhas, como o meu vizinho já falou e temos bastantes problemas também com um parque que é comercial e não é indústria. Neste momento temos lá uma indústria a trabalhar vinte e quatro horas, ou seja, nós não temos descanso, no dia seguinte vamos trabalhar e aquilo está como parque comercial, como armazém, não está como indústria para trabalhar vinte e quatro horas. O outro ponto que eu venho mencionar aqui também é o estacionamento abusivo, por parte de vários trabalhadores dessas mesmas empresas, que é a Torrestir e restantes empresas do parque comercial, que estacionam em segunda fila, bloqueiam entrada e saída em garagens e, portanto, é na parte de sentido único, onde termina o asfalto e começa o paralelo, há ali uma zona de estacionamento, mas ainda há pessoas que conseguem estacionar em segunda fila e fazem estacionamento abusivo. A outra questão é o piso da rua, que mais uma vez eu penso que já fomos à Junta de Freguesia de Lomar e Arcos, já fomos à Junta de Freguesia de Nogueira. Até*

Nogueira, da parte Nogueira foi asfaltado, chegou a Lomar, não há asfalto, continuamos com o paralelo, o barulho, os carros baixos a bater fazem imenso barulho. Nós temos que descansar porque amanhã temos que trabalhar, e com esses barulhos, com os trabalhadores da Bosch, e agora começa a ser a Torrestir, Bosch e parte comercial. Eu nasci naquela rua. Moro lá há quarenta e cinco anos. Portanto, antes de tudo aquilo existir, era monte, era paisagem, e agora eu olho da minha janela, vejo tubos no ar, não consigo ver a Santa Marta, não vejo o Sameiro, não vejo o Bom Jesus. Antes eu ia à janela do meu quarto e via tudo o que era paisagem verde. Portanto, acho que está a ficar uma situação a nível de paisagem também abusiva e de poluição, porque eu vou à janela, só vejo tubos no ar, não vejo mais nada. Portanto, indústria, mais indústria e mais indústria. E o outro ponto também da Rua das Regadinhas é a questão da passadeira, que também é crítica, e a situação também dos passeios e os caminhões pesados, inclusive caminhões do lixo, que passam lá, principalmente da reciclagem, passam a grande velocidade, porque lá não têm que parar, o ecoponto é distante e eles passam a grande velocidade e estremecem com as casas todas. Portanto, agradecia que a Assembleia e o executivo da cidade, a Câmara Municipal, visse estas questões que já não são novas, já foram faladas e continuamos com o mesmo problema, ao fim de cinco anos". Usou da palavra o ***SR. JOSÉ FERNANDES*** *para produzir a quarta intervenção, em que referia: " sou morador da Rua das Regadinhas, também, mas considero-me um "nim", porque nem sei se sou de Nogueira ou se sou de Lomar. A rua divide-se entre duas freguesias, exatamente a meio e, por isso, temos sido empurradas todos os dias para isto, para Lomar, para Nogueira, mas eu considero que no fundo somos bracarenses, como todos vós, e portugueses que vamos votar daqui a alguns dias, que vamos voltar a votar em setembro, que precisamos de respostas, porque somos cidadãos que precisamos de descansar. Podemos lá morar*

há quarenta, há cinquenta ou de morar ontem. Mas do que se trata é que eu sou industrial, quero que a indústria trabalhe, mas preciso também de ter sossego para ir trabalhar no dia seguinte. Algumas vezes peço aos meus funcionários para ir a casa dos meus clientes num sábado de manhã para não perderem o seu tempo, porque considero que o tempo é muito valioso. Já foram chamadas duas vezes a Polícia Municipal na zona de Gualtar, na zona de Fraião, porque é a zona onde vivem pessoas de bom nome e onde aplicam multas. Eu vivo num sítio onde se trabalha vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, ninguém pensa nas multas. Será que se chamarmos a Polícia Municipal vamos ter multas todos os dias para essa gente? Não é preciso ter multas para ninguém. A indústria tem que trabalhar. Nós só precisamos de resolver os problemas de há anos, à indústria e aos cidadãos. Em relação à estrada, é um facto que há quatro anos atrás ou cinco, antes das eleições, pediram aos moradores para resolverem os problemas que tinham com a AGERE e com águas, pondo alguns dos cidadãos que têm oitenta anos e setenta anos a gastar dinheiro que lhes fazia falta para a farmácia, para uma rua que nunca foi alcatroada. Isto continua e vai continuar. É preciso pensar que a indústria tem que trabalhar nos locais que são feitos para a indústria trabalhar. Não é colocar os cidadãos no meio da indústria, nem a indústria no meio dos cidadãos. Sou industrial que tomei conta de uma empresa familiar que tem sessenta anos e espero fazer mais sessenta e não ter que tomar o tempo de ninguém, nem chatear ninguém para continuar a trabalhar. Porque esses senhores que vivem à minha volta são os meus clientes, são as pessoas que me ajudaram a crescer e que fazem com que a indústria trabalhe. Peço, por favor, que tomem em consideração o que os Presidentes das Juntas de certeza vos vão fazer chegar, que são estas diligências, estas situações que acontecem na Rua das Regadinhas, porque temos restaurantes que podem trabalhar de dia e de noite.

Temos fábricas que podem trabalhar dia de noite e devem-no fazer. Agora, por favor, não deixem que ninguém tire o sossego a ninguém. Vamos estar todos juntos em prol da sociedade, porque se não será uma confusão. Temos lá vizinhos, gente que já até perdeu a paciência, que já disseram na Junta de Freguesia que vão fechar a rua, que vão armar confusão. Eu acho que não precisávamos disto. Precisamos só que passem nas ruas das freguesias, que sejam mais frequentes a ir às freguesias para ver o que realmente são os problemas das freguesias. Isto é o problema da rua onde eu vivo, é um dos problemas de Lomar e Nogueira. Segundo ponto, venho também pedir, por favor, à Câmara Municipal de Braga, que preste atenção à Ponte Pedrinha, um dos lugares com mais trânsito, neste momento, na cidade de Braga, tem sido completamente esquecido e onde há acidentes várias vezes por semana, onde as pessoas já começam a irritar-se para ir trabalhar. É uma zona muito, muito forte da cidade e onde simplesmente ninguém tem prestado absolutamente nenhuma atenção". Interveio, depois, o ***SR. ANTÓNIO ALMENDRA****, para dizer que: "sou morador da Rua Quinta das Mouras, Lomar. Sou membro de um partido na nossa freguesia há quarenta e cinco ou quarenta e seis anos, talvez. Sempre defendemos a nossa freguesia e o partido em que sou militante é responsável pela freguesia da oposição, e mais uma colega que é cabeça de lista. Já me estou a identificar. Estamos solidários com os colegas que são da minha freguesia, além de serem independentes da rua, que não é a mesma, mas a ser eu do PCP, estamos com eles para o que der e o que vier. Os meus colegas já comunicaram aqui há pouco tempo, que ouvi, que se der para irmos para a rua manifestar-nos, se for preciso fechar a estrada, também se fecha e vamos ver no que isto poderá vir a dar. O segundo ponto, é sobre o estacionamento da Rua Quinta das Mouras, onde eu resido, no número catorze, em que constantemente eu quero tirar o meu carro da garagem e não tenho espaço para o tirar. Existe lá um campo de futebol que tem a Academia*

do Sporting Clube de Portugal, que quando há jogos entre miúdos e mesmo graúdos, estacionam ali os veículos automóveis das pessoas. Já não é a primeira vez que eu tenho que sair de casa para tirar o meu carro da garagem e não consigo. Tenho que pôr no mesmo sítio e tenho que ir a pé, não é longe, mas ainda são uns metros para dar a marca do carro e a matrícula à pessoa responsável, para chamar no microfone, para o dono do veículo automóvel vir retirar o veículo. Já chamei duas vezes a polícia e a polícia diz que, claro, você chama a polícia, passa-se multas, mas o feio depois fico a ser eu, porque somos vários vizinhos e quase todos os vizinhos não cumprem, fazem estacionamentos ao contrário, para baixo, para cima e aquilo vai levar tudo pela mesma medida e eu acho que era escusado isso. Eu compreendo a situação das pessoas, mas a minha entrada para a minha garagem tem que ficar livre. E eu agradecia à autarquia para mandarem lá gente e verificar a situação. Sobre este comunicado, eu recebi da autarquia uma comunicação que foi a Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira Martingo, que fez este comunicado e enviou-me isto pelos CTT que se me derem permissão eu leio o que aqui está: "Vem, por este meio, o requerente expor uma situação relacionada com a dificuldade de acesso à garagem da sua residência, situada na Rua Quinta das Mouras, número catorze, freguesia de Lomar, na sequência da pratica do estacionamento indevido. Analisada a sua situação, verifica-se que, dado o perfil do arruamento, não se verifica a necessidade de intervenção". Então, se qualquer cidadão quer tirar o seu carro da garagem, e está o outro veículo do outro lado, em sentido contrário, o oposto, isso não tem significado para o que estou aqui a dialogar, como é que vou sair da minha garagem? Não compreendo esta Senhora Vereadora que me manda isto para casa. "A circulação do seu local é praticada em dois sentidos, possuindo o arruamento do perfil a cinco metros e meio, pelo que não é viável a colocação de pilaretes no espaço destinado à

circulação automóvel". Então, se numa estrada estreita, pôr um veículo em frente, seja a minha garagem, ou a garagem de qualquer condutor ou proprietário de qualquer casa que existe, eu sou o proprietário da minha casa, eu quero tirar um veículo e o meu veículo não é muito grande, mas também não é pequeno, como é que qualquer pessoa pode tirar um veículo, se tem outro veículo em frente à sua garagem? Não pode, a não ser que seja um Fiat seiscentos que eu tenha, mas infelizmente não tenho um Fiat seiscentos. Tenho um carro que não é pequeno, mas também não é grande e não consigo tirá-lo. Eu tenho que tocar à campainha do meu vizinho. E eu penso para mim se sou mau condutor, porque eu não sei tirar o meu carro com outro veiculo à frente?". A ***SRA. PRESIDENTE DA MESA*** *salientou que: "Para terminarmos o período de intervenção do público e no cumprimento do artigo octogésimo sobre o esclarecimento e resposta a questões do público, o Senhor Vereador do Urbanismo pediu a intervenção uma vez que não está o Senhor Presidente, pelo que pode intervir na Assembleia". Passou, então, a usar da palavra, o* ***SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, JOÃO DE VASCONCELOS BARROS RODRIGUES****, para proceder aos seguintes esclarecimentos: "Relativamente à questão da Rua das Regadinhas, pese embora não seja um assunto da minha competência, eu tive a informação, porque fui trocando mensagens com a Vereadora Olga Pereira, de facto, em dois mil e vinte, julgo que foi no início do Covid, a rua do Parque Comercial foi toda ela pavimentada, porque era a rua, ou aquele troço, que já estava pavimentado e que estava em muito mau estado e a Rua das Regadinhas era em paralelo e, na altura, tomou-se a decisão, acertada ou não, na altura era a que parecia mais razoável, de não se asfaltar o resto da Rua das Regadinhas. Entretanto, percebeu-se, aliás, no dia em que começámos a asfaltar e quando apresentámos o projeto da Rua do Parque Comercial, lembro-me perfeitamente, o Presidente da Junta de Lomar e*

Arcos, da altura, a ligar-me, agora posso dizer com à vontade, furioso, porque a Rua das Regadinhas não estava incluída e, logo a partir daí, nós incluímos a Rua das Regadinhas no plano de intervenções da Câmara Municipal, designadamente no Acordo Quadro de Pavimentação de Ruas. Sucede que, por outras razões, que não vale a pena estar aqui a explicar, esse plano foi suspenso e fixou-se um plano novo no acordo quadro de pavimentação de ruas, onde está incluída a Rua das Regadinhas. Eu não sei dizer uma data, mas que está no plano de pavimentações da Câmara Municipal e todo o ordenamento de trânsito naquela zona está, e está prevista uma dotação financeira para essa operação, mas não sei dar uma data concreta. Relativamente a matérias que são da minha competência, e é sobretudo por isso que eu vim aqui falar hoje ou prestar esclarecimentos hoje, tem a ver com o processo de licenciamento da Supera que eu, ainda na reunião de Câmara, falamos sobre isto, nós podemos fazer mil e uma interpretações acerca da bondade ou de ser melhor ou pior, de ter ginásio. Agora, há algo que este relatório vem dizer de forma absolutamente contundente, é que o processo de licenciamento, independentemente de haver, ou não, ali uma linha de água, é perfeitamente legal e tudo o que ali está, está perfeitamente licenciado. Repito, podemos gostar mais do ginásio ou menos do ginásio, o procedimento urbanístico está legal e é a IGAMAOT e a APA que o vêm dizer. Questão diversa, e que nós já por diversas vezes cá temos falado, é saber se a linha de água que ali passa é uma linha de águas públicas ou se é uma linha de águas pluviais e independentemente, como se vem a dizer desde o início, de ser uma ou outra, o procedimento urbanístico está legal. Neste momento, as informações que nós temos dentro da Câmara Municipal de todos os técnicos, é que a linha que ali passa é uma linha de águas pluviais. Aliás, o próprio Plano de Urbanização das Sete Fontes, que foi aprovado por unanimidade, por esta Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, já dizia,

ou melhor, não dizia, que havia ali uma linha de água, a suposta ribeira de São Vítor. A própria APA, que continua a dizer, porque oficialmente mantém a posição de que há ali uma linha de água, tendo dúvidas, concordou com a Câmara Municipal, é nesse momento que estamos agora, encomendar um estudo à Universidade do Minho que nos dissesse, de uma vez por todas, se aquilo que ali passa é uma linha de águas públicas, portanto, a famosa Ribeira de São Vítor, ou se, pelo contrário, como defendem os técnicos da Câmara Municipal, aquilo que ali passa é uma linha de águas pluviais. A Câmara Municipal, por isso mesmo, retirou da proposta do Plano Diretor Municipal de dois mil e vinte e cinco, a linha de água, porque as informações técnicas que tem produzidas internamente, é de que não passa ali uma linha de águas públicas. Podemos gostar mais desta resposta ou não gostar. Eu próprio, confesso ao Público e aos Senhores Deputados que, do ponto de vista da técnica, eu não a domino. Agora, as informações técnicas que nós temos por parte de quem domina essa informação técnica, é de que aquilo não é uma linha de águas públicas. Mas, repito, por muito que acenemos, por muito que gostemos, por muito que não gostemos, o processo urbanístico está perfeitamente legal, mesmo que aquilo seja uma linha de águas públicas. Mas para que se tenha noção do estado do processo, o estudo já foi encomendado à Universidade do Minho e, como disse hoje à tarde, durante uma reunião, eu gostava que muita gente tivesse a oportunidade de estar na maior parte das reuniões introdutórias de início de trabalhos que a Câmara Municipal já estabeleceu, porque parece-me que a resposta que os serviços da Câmara Municipal fizeram, foi um levantamento exaustivo daquilo que existe naquela zona e que nos vem dizendo, há dois anos, que aquilo que ali está é uma linha de águas pluviais, vai ser o resultado final do estudo da Universidade do Minho. Porque, repito, nós já o assumimos na Carta Militar de dois mil e quinze, posterior ao próprio Plano Diretor Municipal, a linha de águas

públicas já lá não aparece. Os entendidos na matéria dizem-nos que não há uma linha de águas públicas e, é por isso, que a linha não consta do Plano Diretor Municipal de dois mil e vinte e cinco. Mas, repito, outra vez, mesmo que constasse, por muito que gostemos ou não do ginásio naquela zona, a linha não colide com o processo, com aquilo que já foi licenciado e nos termos daquilo que diz a IGAMAOT, o processo foi arquivado porque também, como se disse, já ninguém pediu um parecer à IGAMAOT, foram denúncias que foram feitas e essas denúncias foram apuradas pela IGAMAOT, foram apuradas pela APA e foram apuradas pela própria Câmara Municipal, que se podia ter enganado no próprio processo. E as três entidades IGAMAOT, APA e Câmara Municipal dizem que o processo está bem licenciado. Portanto, ao fim de dois anos de muitas teorias, muitas interpretações, de muitos juízos de valor feitos à volta deste processo, eu acho que aquilo que a IGAMAOT vem dizer, no fundo, é que a Câmara Municipal tinha toda a razão e tem toda a razão naquilo que anda a dizer há dois anos". O ***SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS****,* ***EDUARDO ARAÚJO FERNANDES*** *usou da palavra para, em defesa da honra, salientar: "Eu venho aqui manifestar a minha solidariedade para com os moradores da Rua das Regadinhas, porque é um suplício viver naquela rua. As pessoas lá não têm qualidade de vida, porque como há pouco o Senhor Vereador João Rodrigues falou, e muito bem, que a rua do Parque Comercial, que pertence a Nogueira, foi requalificada. Na altura, prometeram aos moradores que a seguir ia ser a Rua das Regadinhas. E como um morador aqui bem falou, também, fizeram com que os moradores gastassem algum dinheiro em infraestruturas, porque a Rua das Regadinhas ia ser requalificada. Não foi. Até hoje ninguém consegue explicar porque é que não foi, porque estava tudo preparado, inclusive o antigo Presidente da Junta falou comigo e disse que a rua ia ser requalificada. Nós, quando este*

executivo entrou em funções, falámos com a Senhora Vereadora Olga Pereira e enviámos um orçamento para a Câmara para a requalificação da Rua das Regadinhas, inclusive, os moradores fizeram um abaixo-assinado que também foi entregue na Câmara. Eu fico satisfeito com o Dr. João Rodrigues, que veio aqui dizer que a Rua das Regadinhas já está no acordo quadro para os próximos tempos. Eu tenho aqui só um email da Câmara que refere que a intervenção na Rua das Regadinhas não está a ser ponderada, nem muito menos priorizada. No entanto, caso assim o entendam, poderá ser equacionada a intervenção em dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis". A palavra foi dada ao ***SR. DEPUTADO DO B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *para fazer um ponto de ordem à Mesa, referindo que: "Eu só faço este ponto de ordem à Mesa pelo seguinte, para não haver repetições, porque a norma do Regimento é perentória. Não há intervenções dos membros da Assembleia no período destinado ao público. Pura e simplesmente não há. No limite, posso tolerar que, eventualmente, se for uma agressão grave à honra de um membro da Assembleia, que a Senhora Presidente dê a palavra, mas terminado o período do público. Ou seja, terminado o período público, entramos na ordem do dia e a Senhora Presidente poderá dar a palavra como entenda, se houver razão para isso, é que depois a Senhora Presidente vai ter que me aturar a mim, porque eu gosto de aproveitar todos os tempos que tenho, porque o meu é pouco e para evitar isso é melhor matar já o mal pela raiz". Passou-se, depois, ao* ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****, que teve início com a apresentação de um* ***Voto de Pesar****, pela* ***Srª. Deputada do P.S.D.****,* ***SOFIA PATRÍCIA TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE****, apresentado por todos os Grupos Municipais, à exceção da Iniciativa Liberal, do seguinte teor: "Faleceu, no passado dia vinte e um de abril, o Cardeal Jorge Mário Bergoglio, Papa Francisco e Sumo Pontífice desde treze de março de dois mil e treze, um homem que*

indubitavelmente marcou o seu tempo. O Papa Francisco, membro da Companhia de Jesus, pautou todo o seu pontificado pelos princípios de São Francisco de Assis, sendo esta a inspiração para ter sido o primeiro Papa a utilizar o nome de Francisco. Escolheu pautar a sua atuação pela simplicidade, pela proximidade aos mais pobres e aos mais frágeis da população, defendendo uma Igreja aberta a Todos, sem exceção. Independentemente de crenças e religiões, o Papa Francisco chegou a toda a população com a sua palavra e, sobretudo, com as suas ações e o seu exemplo: reiterou a importância e o lugar das mulheres na vida da Igreja, nomeando e ampliando a participação feminina em altos cargos de confiança; afirmou que não poderia julgar os homossexuais; criticou que o lucro fosse prioritário face à condição das pessoas e que o egoísmo se sobrepusesse à cooperação; alertou o mundo para a necessidade de olharmos de forma séria para as alterações climáticas, valorizando a nossa Casa Comum, sempre no respeito pela natureza e pela humanidade; defendeu incansavelmente o fim dos conflitos armados, pela Paz e pela transformação social, marcando de forma indelével, o seu pontificado! Francisco foi o Papa de todos, todos, todos! Sem reservas, debruçou-se sobre todos os assuntos que na atualidade mais impactam a sociedade e o mundo. Podemos não ser todos cristãos, mas aprendemos todos com os seus ensinamentos: a capacidade de ouvir; a tolerância; a abertura à diferença, à sua aceitação e respeito; a necessidade de protegermos os mais pobres e os mais frágeis; o respeito pela natureza. Pela dimensão política, no sentido de ter dedicado a sua vida a uma causa: o serviço aos outros; pela sua dimensão humanista, ecuménica e pela visão renovadora que sempre inspirou, a favor do diálogo e contra a intolerância! O Papa Francisco é, certamente, uma fonte de inspiração para todos os que acreditam ser possível construir um Mundo mais Justo, Pacífico e Solidário. Os Grupos Municipais e o membro independente propõem que a Assembleia Municipal de

Braga, reunida em sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, aprove um voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco em homenagem ao exemplo que o mesmo representou para a sociedade enquanto ser humano e líder da igreja católica e pelos ensinamentos que a todos deixou, independentemente da religião. Propõe-se, ainda, que seja feito um minuto de silêncio em sua memória. Posto à votação, foi o presente voto de pesar ***aprovado por unanimidade****,* ***seguido de um minuto de silêncio****. Seguiu-se, depois, a apresentação de outro* ***Voto de Pesar*** *pelo* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, que destacava o seguinte: "Filho de Braga, filho de Portugal, Miguel Macedo nasceu aqui e fez-se cidadão por inteiro ao serviço de Portugal. Num percurso político notável, o qual só foi possível, diga-se em abono do período que atravessamos, pelo advento do vinte e cinco de Abril, soube interpretar a liberdade como um chamamento para a ação cívica empenhada e humanista. Desde jovem demonstrou um apego pelo debate de ideias e pelo saudável confronto de pontos de vista, tendo sido um protagonista ativo nos movimentos estudantis e uma figura destacada na Juventude Social Democrata. Essa entrega à vida pública permitiu-lhe exercer cargos de relevo a nível local, onde foi membro desta Assembleia, candidato à Câmara Municipal de Braga e seu vereador. No plano nacional tomou parte do primeiro governo de maioria absoluta de Cavaco Silva, tendo desempenhado a função de Secretário de Estado da Juventude. Foi repetidamente eleito deputado à Assembleia da República entre mil novecentos e oitenta e sete e dois mil e nove, sempre pelo círculo de Braga. : No plano executivo retomou as responsabilidades em governos nacionais em dois mil e dois e até dois mil e cinco, então como Secretário de Estado da Justiça. Já em dois mil e onze, depois de servir o partido como Secretário-Geral e Líder Parlamentar, então num dos mais difíceis momentos que o país viveu em democracia, Miguel Macedo destacou-se como figura de proa*

do governo de Pedro Passos Coelho, tendo mesmo chegado a ser apontado como um possível líder de Governo na eventualidade de o então Primeiro-Ministro não concluir a legislatura. Quis o destino e a ignomínia que um processo judicial do qual saiu cristalinamente ilibado o levasse a demitir-se, num ato tão digno quanto doloroso. Sabem os que com ele privaram o quão difícil foi resistir, durante anos, a julgamentos públicos e sem contraditório sobre a sua honradez e lisura. Mas sabem também os que o conheciam que a sua inocência nunca foi uma dúvida, mas uma certeza fundada num percurso imaculado, avesso a qualquer atropelo das barreiras éticas a que sempre se vinculou e que lhe serviram de bússola de atuação. No final de uma vida que prematuramente lhe retirou a hipótese de se reconciliar, de modo pleno, com a política, era um homem feliz. Realizado enquanto pai, marido e advogado, preenchido como Homem pela amizade dos muitos que, independentemente da fação a que pertenciam, lhe tributavam a admiração e o carinho que ele tão bem sabia retribuir. Partiu, sem dizer adeus, nos idos de março, como se a morte o tomasse à traição. Saibamos nós ser-lhe fiel e saudá-lo, com um humilde e humano até breve, cientes que estamos de não podermos desperdiçar o tempo que Miguel Macedo não teve para segui-lo no exemplo e homenageá-lo na ação. Como singelo gesto de homenagem da cidade que sempre foi a sua, o grupo do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão ordinária, delibere: Um - Manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de Miguel Macedo, prestando à família enlutada, na pessoa da sua esposa, as mais sentidas condolências; Dois - Recomendar ao Município a aquisição de um busto ou elemento evocativo semelhante em sua memória e instalá-lo nas imediações da sede do seu partido de sempre; Três - Guardar um minuto de silêncio em sua memória".

O ***Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *interveio para: "solicitar à bancada do PSD que separasse estes pontos, porque a*

minha bancada não está preparada para se pronunciar sobre o busto. E não queremos ser deselegantes. É evidente que, relativamente ao voto de pesar, mesmo pessoalmente, estou perfeitamente de acordo com isso. Agora, um busto no espaço público, é uma situação complicada e que exige ponderação, porque há outras opiniões. Acho que, nesta fase, o PSD pode fazer esta proposta sempre que queira. Penso que não é a altura ideal, mas é uma opinião. Caso contrário, o Bloco vai ter que se abster nessa parte, então sugerimos que a votação seja feita por pontos". A palavra foi dada ao ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO****, para dizer que: "O PPM gostava de se associar a este voto de pesar do PSD! Eu não era próximo do Dr. Miguel Macedo, mas conheci-o suficientemente bem para nutrir por ele respeito e uma grande admiração! Conheci-o quando foi vereador e Deputado do nosso Município, em que eu tive o privilégio de participar nas reuniões de preparação da Assembleia Municipal e onde constatei o seu brilhantismo na preparação das mesmas! Assisti por diversas vezes à sua capacidade oratória, ao seu raciocínio rápido e muitas vezes sarcástico nessas sessões da Assembleia Municipal, sempre mantendo o seu ar gentil e educado! Como Governante verifiquei sempre a sua competência, a sua sensibilidade e o seu sentido de Estado! O Dr. Miguel Macedo era um Homem integro e, quem o conhecia, nunca duvidou da sua inocência num processo vil de assassinato político! Mas não era a sua seriedade que o fazia especial pois ser sério não é propriamente um atributo, mas sim uma obrigação! O que o fazia especial era a sua Nobreza de carácter! Nós podemos ser sérios, mas não termos coragem para lutar contra os poderes instituídos! Nós podemos ser Íntegros, mas não nos preocuparmos em ser exemplo para a Sociedade! Nós podemos provar a nossa inocência e a nossa idoneidade num qualquer processo de Tribunal, e acharmos que podemos voltar a entrar na política ativa como se nada se tivesse passado! O*

Dr. Miguel Macedo adorava a política pela política! Sempre esteve nos cargos públicos com abnegação! Ao não voltar à política perdeu sonhos, perdeu adrenalina, mas demonstrou essa Nobreza de carácter que fez de Miguel Macedo um Homem fiel as suas convicções e aos seus princípios! Cabe-nos a nós não esquecermos o seu legado! Relativamente ao busto, eu acho que é de inteira justiça, até pela personagem que nós tivemos, que é uma pessoa que praticamente foi impedido de ser um estadista, de ser muito provavelmente candidato, não digo Primeiro-Ministro, mas candidato a Primeiro-Ministro de Portugal. Nós, em Braga, por mais que queiramos, não temos muitas personalidades dessa craveira e portanto, acho que era de inteira justiça nós pensarmos não tanto em nomes, em termos políticos, mas sim em termos pessoais, se ele o merecia ou não. E na minha opinião, ele merecia". Voltou a usar da palavra o ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para dizer que: "só para ir ao encontro aqui do repto. Por um lado, os pontos já estão separados. Por outro, só para explicar, que nós poderíamos ter sugerido, como se sugere muitas vezes, e também aí o Bloco poderia não estar de acordo e ter exatamente a mesma posição, não é isso que está em causa, a colocação numa rua qualquer de Braga do topónimo com o nome de Miguel Macedo. Mas entendemos que isso pode não traduzir justamente aquilo que era uma figura tendencialmente consensual na cidade, que prestou, através de uma carreira de serviço público, ao longo de décadas, um serviço público reconhecido pela maioria das bancadas, pela maioria das pessoas e que em Braga, julgo eu, é transversal, eu não conheço ninguém, e seguramente existirá, ninguém é consensual, mas não conheço ninguém que não lhe reconheça essa capacidade de intervenção pelas pessoas e para as pessoas. E julgamos que a possibilidade de colocação de um busto ou de um elemento similar, evocativo da memória de Miguel Macedo junto à sede do PSD, no caso nas imediações da Senhora Branca, seria*

algo mais adequado à figura, à história e àquilo que é o registo da vida e memória de Miguel Macedo. Foi por isso que aqui apresentamos a recomendação do Município de ponderar a aquisição de um busto ou de um elemento evocativo similar, não tem que ser necessariamente um busto, mas que possa justamente permitir a sua instalação junto da sede do PSD. Mas está dividido e estão os pontos divididos". Posto à votação, foram os ***pontos um e três aprovados por unanimidade****,* ***seguido de um minuto de silencio*** *e o* ***ponto dois aprovado com quinze abstenções do P.S.****,* ***Presidente de Junta/Uniões de Freguesias****,* ***do B.E. e da C.D.U.****. O* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *apresentou uma* ***Declaração de Voto****, realçando que: "Eu queria só que ficasse registado que, de facto, a nossa abstenção significa só aquilo que eu referi há bocado. Ou seja, é de lamentar que, de facto, tenha havido esta confusão, ou seja, um voto de pesar, é um voto de pesar, e aí não restam dúvidas e eu, pessoalmente, sou colega de profissão do Dr. Miguel e, portanto, até me custa fazer isto, porque as coisas têm as suas regras e têm que ser cumpridas. Ou seja, há momentos diferentes para tudo e, portanto, eu só quero deixar expresso que nada me move, nem nada nos move, relativamente à figura, para a nossa abstenção, é de facto o sentido de oportunidade. Ou seja, do Papa não propusemos um busto, nem coisíssima nenhuma. Há momentos para tudo". Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *para, noutra* ***Declaração de Voto****, referir que: "o Partido Socialista votou favoravelmente este voto de pesar e a proposta que lhe estava inerente e eu, pessoalmente, pelas razões que passo aqui a aduzir. Fui contemporâneo do Miguel Macedo na Câmara Municipal de Braga. Um homem correto, um político de corpo inteiro e um homem que fez da política, naturalmente, uma paixão muito grande e que credibilizou a política e os políticos, tal como João Cravinho, recentemente falecido. E são essas*

figuras que nos reportam para aquilo que deve ser o nosso papel e o nosso lugar. Gostava de contar também rapidamente nesta declaração de voto e, por isso, é que vim aqui, que Miguel Macedo quis fazer, enquanto Secretário de Estado, na freguesia de Gualtar, agora na vila de Gualtar, a Pousada de Juventude, onde está hoje exatamente o lar de terceira idade, só não foi feito porque aquele espaço estava destinado efetivamente para aquele equipamento. E, portanto, dizer que mesmo quando ele foi julgado na praça pública, quando ele foi sujeito a uma tirania, e está aqui gente comigo que fazia um programa debaixo da Arcada, sempre defendi Miguel Macedo, sempre acreditei nele, sempre acreditei que era um homem sério, um homem honesto. E aquilo que lhe foi feito, infelizmente, continua a ser feito hoje, a muita gente, e é importante que nós tenhamos essa consciência de que muita gente é julgada na praça pública, muitas vezes de forma inocente, como foi o caso dele. E, felizmente, ainda bem, acabou por ser limpo de todas as acusações, mas é uma mancha que não lhe desapareceu. Foi uma mancha que continuou por muito tempo e que o abalou como homem. E isso não é justo. A justiça tem que ser justa, tem que ser compreendida e tem que ser aceite para poder ser justiça. E é importante que todos nós possamos começar também a refletir nisto e não dizer, como eu ouvi no fórum da TSF, que a atitude do Ministério Público foi normal. Não foi normal, foi anormal, que castigou um homem sério, bom e honesto e que o marcou para o resto da vida. Que Deus o tenha". Interveio depois o ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA****, para dizer numa* ***Declaração de Voto*** *que: "A única coisa que não estamos de acordo é, de facto, a colocação do busto. Quando há um texto que nos parece tão unânime, a questão de limitarmos o espaço para o largo do PSD, ou o Largo da Senhora Branca, não nos parece assim tão correto. Por exemplo, se fosse um espaço público mais neutro, como por exemplo o Tribunal da Justiça, já que estamos a falar de alguém da área do Direito, se calhar, faria*

mais sentido que esta Assembleia se pronunciasse num sentido mais unânime. Desta forma, se calhar, parece-me um bocadinho mais puxar a corda, e numa altura que devemos todos estar tão contentes com aquilo que foi o trabalho do Dr. Miguel Macedo durante o tempo em que esteve entre nós, quer na cidade quer no país, acho que este voto não deveria passar por esta situação". Passou, depois, a usar da palavra o ***Sr. Deputado da I.L.****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *para a presentar um* ***Voto de Louvor****, realçando que: "A AEB - Associação Empresarial de Braga é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com estatuto de utilidade pública, fundada em mil oitocentos e sessenta e três. Agrega e representa os agentes económicos sediados no distrito de Braga, independentemente do setor de atividade. Enquanto entidade representativa do tecido empresarial da região, a AEB desempenha um papel crucial no desenvolvimento e valorização da base económica local. Tem igualmente um papel mobilizador junto dos agentes económicos, promovendo iniciativas e atividades que visam reforçar a competitividade das empresas, com especial destaque para as áreas da formação profissional, modernização e adopção de boas práticas. Neste contexto, é dever da comunidade prestar homenagem a uma entidade cujo legado no concelho é inegavelmente marcante e que, pelo seu exemplo, merece o reconhecimento público. Assim, a IL propõe que, em reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol da atividade empresarial no concelho de Braga, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, delibere: Aprovar um voto de louvor à Associação Empresarial de Braga". Posto à votação, foi o presente voto de louvor* ***aprovado por unanimidade****. Interveio o* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***RENATO CÉLIO MARINHO SILVA****, para proceder à apresentação de um* ***Voto de Saudação*** *ao Primeiro de Maio, do seguinte teor: "Há cento e trinta e nove anos, no dia um de maio de mil oitocentos e oitenta e seis, em Chicago,*

milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelas reivindicações que ficaram a ecoar na história - "Oito horas de trabalho, oito horas de descanso, e oito horas de lazer" -, mas também pela trágica morte de vários sindicalistas, vítimas da atuação policial quando apenas exigiam direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores nunca deixaram de lutar, o que viria a resultar, anos mais tarde, em maiores direitos e melhores condições de vida para milhões de homens e mulheres trabalhadoras. Em Portugal, Primeiro de Maio de mil novecentos e setenta e quatro, oito dias após o vinte e cinco de Abril, depois de décadas de repressão do regime fascista de Salazar e Caetano, foi uma explosão de liberdade e democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o direito ao trabalho e ao salário, o direito a férias e ao subsídio de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa, a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional (à data, no valor de três mil e trezentos Escudos), o direito a cuidados de saúde para todas as pessoas, o direito à educação e à segurança social. Foi também após esta data que se consagraram na lei o direito à greve, à organização sindical e à contratação coletiva, bem como uma nova forma de representação do trabalho nas empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). Atravessamos, hoje, uma situação em que são necessárias respostas mais robustas ao desemprego e à perda de rendimentos provocada pelo aumento da exploração capitalista e pela inflação, em particular nos preços da alimentação e da habitação. Por isso, assinalar o Primeiro de Maio é também lutar pelo emprego estável e com direitos, pela melhoria das condições de trabalho, pela igualdade salarial entre homens e mulheres, pela valorização das carreiras e dos salários. Apesar das grandes evoluções tecnológicas que dispensam imensa mão de obra nos mais diversos setores de actividade, a verdade é que o ritmo de trabalho se intensificou, os horários de

trabalho estendem-se pelas vinte e quatro horas do dia e a conciliação do trabalho com a vida familiar tornou-se uma miragem. A contratação coletiva, a partir dos anos noventa, tornou-se quase residual; é fundamental exigir a desburocratização dos processos negociais e promover o seu alargamento por forma a que abranja todos os setores de atividade e todos os trabalhadores. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, sob proposta do Bloco de Esquerda: Um - Saúda o dia Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador; Dois - Saúda as trabalhadoras e os trabalhadores do concelho de Braga; Três - Saúda a persistência das organizações de trabalhadores e a coragem de todas as pessoas que lutam contra a precariedade laboral, pela dignidade no trabalho, por direitos laborais, pela defesa da democracia, do progresso social, do emprego, dos salários e das pensões". Posto à votação, foi o presente voto de saudação ***aprovado por unanimidade****. Seguiu-se a intervenção da* ***Srª. Deputada da C.D.U.****,* ***SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO****, para apresentar um* ***Voto de Louvor****, que destacava o seguinte: "A CDU vem, hoje, propor a esta Assembleia um voto de louvor à Associação A Bogalha pelo notável trabalho realizado, em estreita articulação com o Município de Braga, no âmbito do Programa B'Equity, um projeto pioneiro em Braga, que tem garantido um apoio digno e de qualidade a crianças com necessidades específicas durante as "pontas" letivas, o único programa que aceita crianças e jovens com mais de quinze anos. De acordo com o que a CDU pôde apurar numa reunião com esta Instituição e o Movimento Pais em Luta na semana que passou, este programa tem tido um impacto profundamente positivo na vida de algumas famílias, assegurando um acompanhamento qualificado e promovendo a inclusão social e educativa de crianças que, de outra forma, estariam privadas de respostas essenciais. A Bogalha, enquanto instituição de solidariedade social, demonstrou um compromisso sério com esta causa,*

disponibilizando recursos técnicos e humanos especializados, bem como um ambiente acolhedor e estimulante para as crianças que usufruem do programa. Assim, o seu trabalho tem sido fundamental para combater desigualdades e garantir que nenhuma criança fica para trás. Por outro lado, queremos também destacar o papel importante da vereadora da Educação que teve a capacidade de ouvir e definir estratégias em conjunto com a CDU, neste esforço de procura de respostas dignas para as crianças e que fossem ao encontro das expectativas dos pais. Depois da recusa dos AE/ENA e da grande maioria das IPSS em apoiar estas crianças nas suas pontas letivas, por motivos vários, a Bogalha e o município chegaram a acordo, dando provas do seu compromisso com políticas sociais inclusivas e reconhecendo a importância de investir em projetos que promovam a equidade e o bem-estar das famílias mais vulneráveis. Assim, Assembleia Municipal de Braga louva, na sua sessão ordinária do dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco: Primeiro - O excelente trabalho da Associação A Bogalha, pelo seu empenho, profissionalismo e dedicação às crianças com necessidades específicas; Segundo - O papel fundamental da vereadora da Educação no diálogo com outras forças políticas, como a CDU, e no apoio a este programa, demonstrando sensibilidade social e capacidade de resposta às necessidades da comunidade; Terceiro - A importância de reforçar e alargar iniciativas como o B'Equity, garantindo mais recursos para que mais famílias possam beneficiar deste apoio, estudando formas de o fazer e prevendo verbas específicas não só no orçamento municipal, como no Orçamento de Estado; Quarto - Por fim, a CDU apela a que este reconhecimento sirva de estímulo para que outras instituições e entidades públicas (como escolas e IPSS) passem a investir em projetos sociais inovadores, assegurando que Braga seja uma cidade cada vez mais justa, solidária e inclusiva; e, ainda, que este exemplo sirva também para o governo central

(re)pensar o apoio às crianças com necessidades específicas, contemplando no seu Orçamento respostas desta natureza (fazendo chegar este louvor à Administração Central)". Posto à votação, foi o presente voto de louvor ***aprovado por unanimidade****. Interveio depois o* ***Sr. Deputado Independente****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA****, para apresentar um* ***Voto de Congratulação****, salientando que: "É com enorme orgulho que me dirijo a esta Assembleia para propor um voto de congratulação à equipa feminina de atletismo do Sporting Clube de Braga, que se sagrou campeã europeia de clubes em pista - um feito histórico, não só para o clube, mas para a cidade, para o concelho e para o país. O SC Braga tem um passado glorioso no atletismo, com décadas de dedicação, formação e resultados expressivos. O clube foi, ao longo dos anos, um verdadeiro viveiro de talento, promovendo o desporto feminino numa modalidade exigente e menos mediática, mas fundamental para os valores do desporto: esforço, resiliência e superação. Este título europeu é o culminar de um projeto sustentado, de um compromisso com o desporto de alta competição e com a valorização das atletas, muitas delas formadas na casa, que dignificam Braga em todas as pistas onde competem. São campeãs na Europa, mas são sobretudo campeãs nos valores que representam. O Sporting Clube de Braga não é apenas um clube desportivo. É um agente de coesão social, de educação, de promoção da igualdade e de afirmação regional. O feito agora alcançado inscreve Braga no mapa do atletismo europeu e inspira gerações de jovens atletas. Por tudo isto, e com a convicção de que representamos aqui os sentimentos da população bracarense, proponho que esta Assembleia Municipal aprove um voto de congratulação à equipa feminina de atletismo do SC Braga, pelos feitos alcançados, pelo exemplo que são, e pelo orgulho que nos dão. Viva o atletismo, viva o SC Braga, viva o desporto bracarense!". Posto à votação, foi o presente voto de congratulação* ***aprovado com duas abstenções do B.E.****. A* ***Srª.***

***Deputada do C.D.S.-P.P.**, **MARIA ALEXANDRA PALMEIRA E ÁLVARES PEREIRA DE LIMA ANTUNES** procedeu à apresentação de um **Voto de Congratulação** em nome dos quatro representantes da Assembleia Municipal de Braga que integram a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, C.D.S.-P.P., P.S.D., P.S. e C.D.U, realçava: "A Assembleia Municipal, apresenta apreço pelas várias iniciativas desenvolvidas pela CPCJ de Braga, na campanha de abril, para a prevenção de maus-tratos a crianças e jovens. A origem desta campanha remonta a mil novecentos e oitenta e nove, quando uma norte americana, em homenagem ao seu neto vítima mortal de maus-tratos, atou uma fita azul, simbolizando as marcas de violência. A iniciativa ganhou dimensão mundial e abril passou a ser o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Hoje, o "laço azul" é usado em muitos países, inclusive em Portugal, como símbolo de sensibilização, memória e apoio às vítimas de maus-tratos, e às suas famílias. Em Braga, a CPCJ dinamizou várias ações de sensibilização, como a Caminhada «Juntos pela Prevenção dos Maus-Tratos na Infância», realizada no dia dois de abril, com o apoio de diversas entidades e empresas locais como os TUB, AGERE, Cachapuz e a União de Freguesias de São Lázaro e São João do Souto, entre outras. Estas instituições divulgaram a iniciativa e demonstraram interesse em continuar a colaborar com a CPCJ. Também a PSP e a GNR se associaram a esta causa, colaborando ativamente na campanha de sensibilização. A PSP, em parceria com a CPCJ e a Escola EB um de Frossos, também organizou a ação "Mini-Fardas", onde os alunos, vestidos com uniformes policiais, entregaram laços azuis, e marcadores, com mensagens alusivas aos maus-tratos, o que aconteceu no passado dia vinte e quatro de abril. A CPCJ distribuiu, ainda, materiais educativos às escolas do concelho, ajustados às diferentes idades, para que o tema fosse trabalhado em contexto escolar. A Assembleia Municipal*

reconhece o papel essencial da CPCJ na defesa dos direitos das crianças e jovens, e apela ao envolvimento de toda a comunidade na construção de um ambiente seguro, que promova o bem-estar e a proteção dos mais novos. Abril deve ser mais do que um mês de reflexão. Deve ser um ponto de partida para ações contínuas e comprometidas com a erradicação dos maus-tratos. Por todos estes motivos, em nome dos Cidadãos Eleitores de Braga, propõe-se a esta Assembleia Municipal um Voto de Congratulação pelo trabalho desenvolvido pela CPCJ, e solicita-se que o mesmo, em caso de aprovação, seja apresentado ao novo Presidente da CPCJ de Braga, Alberto Mendes, a quem deseja as maiores felicidades no cumprimento da sua árdua e nobre missão, e manifesta total solidariedade nesta luta em prol das vítimas de maus-tratos, na infância e na juventude". Posto à votação, foi o presente voto de congratulação ***aprovado por unanimidade****. A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado da I.L.****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para apresentar uma* ***Recomendação*** *subordinava ao tema "Criação do Programa Braga Competitiva - Mais Liberdade para Crescer" do seguinte teor: "Considerando que: A atividade económica em Braga enfrenta desafios ligados à carga burocrática, à dificuldade no acesso a serviços municipais e à escassez de incentivos atrativos para empresas inovadoras; A simplificação administrativa e a promoção da liberdade económica são pilares essenciais para estimular o investimento, atrair talento e fomentar a criação de emprego qualificado; A existência de instituições de ensino superior e centros de inovação, como a Universidade do Minho, representa uma oportunidade estratégica para a criação de um verdadeiro ecossistema empresarial de alto valor acrescentado; A Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão ordinária, recomenda ao Executivo Municipal: A criação de um Balcão Único Empresarial Municipal (BUEM), de natureza digital e presencial, que concentre todos os serviços e apoios disponíveis para empresários,*

empreendedores e investidores; A implementação de um Plano Municipal de Simplificação Administrativa (PMSA), com prazos e metas específicas, que permita a redução de entraves burocráticos e agilize o licenciamento de atividades económicas; O desenvolvimento de um regime de incentivos à instalação de startups, PMEs tecnológicas e empresas inovadoras, nomeadamente através da redução temporária de taxas municipais (IMI, IMT e Derrama); A criação da Rede Braga Empresas, uma estrutura de diálogo público-privado que reúna, periodicamente, empresas locais, incubadoras, universidades e entidades públicas, com o objetivo de identificar obstáculos e propor soluções para a competitividade empresarial no concelho". Colocada à discussão, usou da palavra o ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *para dizer que: " podemos ter percebido mal. Se bem entendi, o que a Iniciativa Liberal está a propor é replicar a Startup Braga e voltar a fazer o Regulamento de Incentivos da InvestBraga, que já existe, porque as medidas que o Senhor Deputado propôs aqui, ou eu estou muito enganado, ou já existem todas". Voltou a usar da palavra o* ***Sr. Deputado da I.L.****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para dizer que: "a proposta da Iniciativa Liberal é mais ambiciosa do que a que já existe. Queremos ir mais longe. O Gabinete do Investidor tem algumas valências, mas nós queremos ir mais longe. O processo não está digitalizado no Gabinete do Investidor. É uma taxa inicial de incremento. A rede que nós queremos criar, não é tão abrangente como a nossa proposta. Portanto, o processo de simplificação não existe. A nossa proposta aqui é mais ambiciosa. Queremos ir mais longe do que já existe, efetivamente existe, e fomos ver o Gabinete do Investidor, que está na InvestBraga. A nossa proposta é mais ambiciosa, quer ir mais longe, quer acelerar Braga". O* ***Sr. Deputado Independente****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA****, interveio para dizer: "Só fazer aqui uma nota, Bruno, até porque estavas bastante*

bem com o voto à Associação Empresarial e dar só uma nota e aqui com uma declaração de interesses, como Vice-presidente da Associação Empresarial. O Estatuto de Câmara do Comércio, por exemplo, em articulação com a Agência do Investidor da InvestBraga, com a estrutura empresarial que existe, regional e nacional, não coloquem mais coisas pelo meio. Deixem-nos trabalhar e haja espaço para trabalhar". Posta à votação, foi a presente recomendação ***rejeitada com trinta e seis votos contra do P.S.D.****,* ***do C.D.S.-P.P.****,* ***do P.P.M.****,* ***do Chega****,* ***do B.E.****,* ***e de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias****;* ***com trinta abstenções do Independente****,* ***do P.S.****,* ***de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias e da C.D.U. e com um voto a favor da I.L.****.. O* ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES*** *apesentou uma* ***Declaração de Voto*** *que referia: "desde já fico muito satisfeito por ter aqui mais digitalização aqui na tribuna para ver os tempos disponíveis. A proposta de voto e de recomendação que a Iniciativa Liberal aqui apresentou faz sentido do ponto de vista conceptual. O problema e, por isso, é que o CDS não votou a favor e votou contra, em particular, porque não olhou para as pré-existências e, na prática, a proposta era como se nada existisse no Município de Braga e fôssemos fazer tudo de novo, partindo de uma base zero. Ora, não é esse o caso e, sobretudo, o que falta, isto é, se quisermos, uma crítica construtiva, meu caro Bruno, é que falta um racional de integração nessa proposta, porque não é por termos melhores taxas de incentivo às empresas, sejam elas startups ou micro, ou por termos digitalização, que nós vamos melhorar o ambiente económico e tornar Braga mais competitiva. Portanto, falta um racional estratégico por trás desse voto para que, em cima do que existe, possa ser feito melhor. E foi por causa disso que nós votamos contra a proposta, não porque ela, do ponto de vista substantivo, tenha nada que nos mereça essa oposição, mas, sobretudo, porque não foi formulada da forma que nós entendemos que devia, desde*

logo, partindo de uma base instalada e que é uma base muito relevante, aliás, muito reconhecida, não só nacionalmente, como também internacionalmente, como nós sabemos, nos vários prémios que Braga vai conquistando, não só do ponto de vista de bom destino para visitar, mas, também, bom destino para investir e para desenvolver a atividade económica". O ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR****,* ***JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA****, apresentou outra* ***Recomendação*** *em que salientava o seguinte: "A escassez de habitação constitui, na atualidade, uma das mais prementes preocupações da nossa sociedade. Trata-se de uma problemática sensível, com impactos profundos sobre a vida das famílias e que contribui de forma significativa para o agravamento de diversos problemas sociais e estruturais. Uma das respostas fundamentais a este desafio reside, entre outras, na promoção da habitação pública. Contudo, torna-se cada vez mais evidente a dificuldade em assegurar, em tempo útil, uma resposta adequada às necessidades habitacionais que se perspetivam nos próximos anos. Enquanto autarcas e responsáveis políticos, é nosso dever procurar soluções exequíveis, recorrendo a todas as possibilidades previstas no atual quadro legal, de modo a garantir alternativas habitacionais dignas para a população. Neste contexto e considerando que: A Lei número oitenta e nove barra dois mil e vinte e quatro, de sete de fevereiro (Nova Lei dos Solos), prevê a possibilidade de reconversão de terrenos afetos a equipamentos para fins habitacionais, nomeadamente no âmbito da promoção de habitação acessível ou a custos controlados; A referida legislação permite, em conformidade com os instrumentos de gestão territorial vigentes, a disponibilização de soluções habitacionais dirigidas à população residente, com especial atenção a famílias jovens em processo de emancipação e a agregados com rendimentos intermédios, particularmente aqueles que residem no concelho de Braga há, pelo menos, quinze*

anos e que ainda não dispõem de uma resposta habitacional adequada; Em várias freguesias do concelho existem terrenos classificados como "espaço de equipamento" ou "área verde" no Plano Diretor Municipal (PDM), bem como edifícios devolutos ou sem projetos de utilização definidos; É do interesse público assegurar a máxima utilidade social dos terrenos e edifícios municipais ou públicos, promovendo a sua adaptação às necessidades habitacionais atuais da população; Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida ordinariamente a trinta de abril de dois mil e vinte e cinco recomenda ao Município de Braga que: Solicite, com caráter de urgência, a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, a identificação e sinalização de terrenos e edifícios localizados nas respetivas freguesias que possam ser objeto de alteração de afetação para uso habitacional, com vista à implementação de projetos de habitação a custos controlados ou à criação de lotes destinados a famílias locais; Promova, no âmbito dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis, os procedimentos necessários à concretização das respetivas alterações ou operações de reconversão, nos termos previstos pela Nova Lei dos Solos, viabilizando, assim, a transformação legal dos espaços identificados em solo urbano de uso habitacional; Estabeleça, em articulação com as freguesias, mecanismos que permitam a disponibilização de lotes para construção ou, quando aplicável, a formalização de parcerias com entidades públicas, cooperativas ou privadas, assegurando que os projetos resultantes respeitem os critérios definidos para habitação a custos controlados, com prioridade de acesso para residentes da freguesia (ou do concelho) com residência comprovada há, pelo menos, quinze anos; Estabeleça contratos interadministrativos com as freguesias que manifestem interesse e capacidade, permitindo-lhes promover operações de loteamento, ou intermediar processos urbanísticos locais, desde que respeitados os planos municipais de ordenamento e obtido parecer técnico favorável; Garanta que os

projetos de construção daí decorrentes respeitam elevados padrões de qualidade urbanística, integração paisagística e sustentabilidade ambiental, contribuindo para a coesão territorial e para a qualidade de vida das comunidades". O ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *disse, a este propósito, que: "relativamente a esta recomendação, longe de nós sermos os primeiros a opor-nos a qualquer iniciativa que possa facilitar o acesso à habitação e, sobretudo, no âmbito de uma lei que gerou tanto ceticismo e que agora parece gerar entusiasmo, inclusive no Partido Socialista. Não sei se é só o Presidente da Junta de Gualtar que apresenta e o PS não subscreve. Vou admitir que também o Partido Socialista subscreve a sua preocupação e a recomendação que aqui faz. Não me passou pela cabeça dizer tal coisa. Agora, só uma nota, nós tivemos um processo, que ainda está a decorrer de certa forma, que é o do PDM, todos os Senhores Presidentes de Junta foram chamados a intervir. Eu sei que é diferente. Aquilo que eu estou a dizer é que, independentemente dessa diferença, aquilo que se fez até aqui foi justamente chamar os Presidentes de Junta para sinalizarem nas suas freguesias os locais onde, eventualmente, pudesse haver aqui um crescimento da malha para construção, designadamente habitação. Portanto, independentemente disso, o PSD não se vai opor a esta recomendação, compreendendo o seu sentido e alcance. Temos algumas dúvidas de que tenha, efetivamente, a maior das utilidades, tendo em conta que no novo PDM são mil e quatro hectares só de áreas a estruturar. Portanto, vamos ver. Oxalá que possa ajudar a este desígnio que todos temos, que é aproveitar os mecanismos que existem para facilitar o acesso à habitação". Posta à votação, foi a presente recomendação* ***aprovada com quarenta votos a favor do P.S.****,* ***do C.D.S.-P.P.****,* ***de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias*** *e* ***do Chega****;* ***com vinte e quatro abstenções do PAN****,* ***do P.S.D.****,* ***do B.E. e do Independente e alguns Presidente de Junta/Uniões de***

Freguesias *e* ***com três votos contra da C.D.U.****. Interveio depois o* ***Sr. Deputado da C.D.U.****,* ***JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA****, para numa* ***Declaração de Voto****, destacar que: "De facto, a nossa votação foi contra porque não entendemos que seja através da Lei dos Solos que se resolve estes problemas da habitação a custos controlados. É através do PDM, é a ferramenta, é o instrumento municipal correto para tratar este assunto. Temos solos urbanos urbanizáveis em Gualtar e em todas as freguesias, é preciso é que a Câmara depois tome a coragem de se apropriar desses solos, comprá-los e criar, a partir daí, a habitação a custos controlados. A nossa posição é uma posição de princípio que defendemos na Assembleia da República e, por isso, aqui votámos contra. Claro que subscreveríamos todos os pontos relacionados com a habitação controlada, mas não é com este instrumento que combatemos este problema". A* ***Srª. Deputada do C.D.S.-P.P.****,* ***MARIA ALEXANDRA PALMEIRA E ÁLVARES PEREIRA DE LIMA ANTUNES****, apresentou outra* ***Recomendação*** *que referia o seguinte: "O Grupo Municipal do CDS-PP, apresenta um voto de recomendação para atribuição do nome do Comendador Nogueira da Silva a um topónimo da cidade de Braga. Nogueira da Silva foi uma figura de enorme prestígio da cidade e um dos seus maiores beneméritos. Sempre procurou contribuir para o seu desenvolvimento socioeconómico e cultural, promovendo obras de enorme significado e importância que aumentaram o prestígio de Braga. Por outro lado, graças à sua formação, profundamente católica e humanista, promoveu diversas iniciativas, de relevo, destinadas a ajudar de forma significativa, os mais necessitados. Faleceu em mil novecentos e setenta e seis, e apesar de todo o seu vasto legado à cidade, permanece esquecido na toponímia de Braga. António Augusto Nogueira da Silva, nasceu na freguesia de Paranhos, no Porto, em vinte e nove de janeiro de mil novecentos e um, mas veio viver para Braga, com poucos meses de idade. Desde muito novo se*

sentiu atraído pelo atavismo comercial dos seus antepassados, ligados à fundação do Banco do Minho e do Banco Mercantil, tendo-se iniciado na senda dos negócios, ao lado do seu pai, quando tinha apenas dezoito anos. A sua vocação espontânea para o comércio, foi um caso raro de sucesso tendo evidenciado excecionais qualidades de iniciativa, génio criador, sentido de oportunidade, amor ao trabalho, espírito empreendedor e senso prático, o que logo o tornou notado e admirado. Por isso, foi convidado, para diversos cargos em importantes associações e organismos da cidade, tendo sido membro da direção da Associação Comercial de Braga e Juiz da Irmandade do Santíssimo da freguesia de São João do Souto. Foi tesoureiro da Comissão de Festas do São João, tendo coberto inúmeras vezes, com o seu próprio pecúlio, os défices da referida organização. Promoveu, como membro da direção das Oficinas de São José, juntamente com o Abade da Loureira, a construção do seu novo edifício. Conseguiu que se fizesse em Braga, a primeira rua calcetada a paralelepípedos, atualmente designada por Avenida trinta e um de janeiro. Socorreu financeiramente, por inúmeras vezes, o Sporting Clube de Braga, e com o seu próprio espólio contribuiu para a construção do Primeiro de Maio, sendo o seu sócio honorário número um. Como vice-presidente do Ateneu Comercial, promoveu a construção do campo de aviação de Palmeira. Dedicou-se, afincadamente, a obras de assistência social, revelando o seu espírito filantrópico em prol dos menos afortunados, tendo beneficiado, de forma especial, a Santa Casa da Misericórdia e o Hospital de São Marcos, com avultados donativos, bem como todas as casas de assistência desta cidade. Desempenhou os cargos de vice-presidente do Asilo de São José e da Creche de Braga, sendo juiz presidente da confraria de São Vicente de Paulo. Quase exclusivamente a expensas suas, realizou as obras notáveis da conclusão, consolidação e restauro da Igreja dos Congregados, ficando a seu cargo, a construção da sua segunda torre. Para ajudar

nas despesas de manutenção da igreja, deixou-lhe em testamento, dois andares na Rua de Santo André. Por sua influência, a Igreja dos Congregados passou a ser considerada uma Basílica. Mandou construir um bairro e respetiva escola primária, que se destinava a ser habitado gratuitamente por famílias desfavorecidas. Ainda hoje existe, com a denominação de Bairro Nogueira da Silva. Deu, ainda, ajudas, significativas, ao Santuário e Centro Apostólico do Sameiro e ao Santuário de Fátima. Ao nível do ensino superior, foi um dos maiores impulsionadores, da criação da Universidade Católica em Braga, e um dos seus principais financiadores. No testamento, deixou à cidade e nomeadamente à Universidade do Minho, a sua casa, o Museu Nogueira da Silva. A casa contém um valioso espólio, que inclui obras de arte raras, porcelanas e joias, de grande valor artístico e patrimonial que está hoje acessível a qualquer pessoa que a pretenda visitar. Depois de se ter dedicado a vários ramos de comércio, fundou em Braga, em mil novecentos e trinta e três, a Casa da Sorte, destinada à venda e expansão da Lotaria Nacional, a qual se tornou a maior organização do seu género, devido à criação das Lotarias Populares e modernização do comércio da Lotaria. Deixou aos seus colaboradores a empresa que criou, uma ação e um gesto difícil de igualar, que demonstram o seu carinho e preocupação com os que o rodeavam. Foram prestadas inúmeras provas de reconhecimento pela sua obra, destacando-se as seguintes condecorações e mercês honoríficas que lhe foram atribuídas: Cavaleiro Comendador da ordem papal de S. Silvestre; Camareiro de Honra de Capa e Espada de Sua Santidade o Papa Paulo Sexto; Grande Oficial da Ordem de Benemerência; Cidadão Honorário de Braga, sendo-lhe atribuída a Medalha de Ouro da cidade em mil novecentos e sessenta e quatro; Cavaleiro de Graça Magistral da Ordem Soberana Militar de Malta; Grande Medalha de Prata da Ordem Papal de São Silvestre; Grã Cruz da Ordem de Benemerência e Grã Cruz

da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, entre muitas outras honrarias. Por todos estes motivos, e por muitos outros difíceis de elencar, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que esta Assembleia Municipal aprove uma recomendação ao executivo municipal para inscrição do nome do Comendador Nogueira da Silva na toponímia de Braga, sendo desta forma, prestada uma justa homenagem a alguém que tanto amou e fez pela cidade e pelos bracarenses". A este propósito usou da palavra o ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para dizer que: "Eu tenho que dar uma justificação primeiro, eu trabalhei trinta anos para o Senhor Nogueira da Silva e vou acrescentar ao currículo aquilo que a Senhora Deputada não disse. O Senhor Comendador Nogueira da Silva era amigo íntimo de Salazar e do Cardeal Cerejeira. Era chefe da Legião Portuguesa em Braga. É verdade que tinha muito dinheiro, precisamente porque era amigo pessoal de Salazar e tinha acesso à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que vendia a lotaria, a mercadoria que lhe permitia ganhar todo esse dinheiro. Eu quero fazer aqui uma declaração, eu fui um dos deserdados, porque, apesar de tudo e apesar desse currículo que a Senhora Deputada enunciou, o Senhor Comendador Nogueira Silva, como não tinha familiares diretos, deixou a sociedade da Casa da Sorte aos empregados. Tinha prometido que deixava a todos os empregados, e com o vinte e cinco de Abril foi sucessivamente alterando o testamento para deixar de fora aqueles que passaram às comissões de trabalhadores, enfim, a defenderem, digamos, o povo na rua. Eu por acaso fui um dos prejudicados, mas não é por isso que estou aqui. É que não podemos misturar as coisas. O Senhor Comendador já tem muitos nomes em Braga e nós já temos muitas estátuas em Braga de gente do antigo regime, desde Nogueira da Silva até ao Marechal Gomes da Costa e por aí fora. Agora, dizem que a história não se repete, mas pelos factos que temos testemunhado nos últimos anos, eu era tentado a dizer que se repete, não com os*

mesmos atores, mas com outros. Portanto, eu acho que esta Assembleia, antes de votar esta proposta, vamos celebrar amanhã o Primeiro de Maio, celebrámos há dias o vinte e cinco de Abril e, portanto, temos que ser coerentes com os princípios e não podemos, de facto, embarcar em currículos simplistas". Posta à votação, foi a presente recomendação ***aprovada com trinta e cinco votos a favor da I.L.****,* ***do Chega****,* ***do P.S.D.****,* ***do P.P.M. e do C.D.S.-P.P. e de Presidente de Junta/Uniões de Freguesias****;* ***com dezassete abstenções do P.S. e de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias e com doze votos contra do B.E., do P.A.N., da C.D.U., do P.S. e de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias****. Foi depois presente uma* ***Declaração Política*** *pelo* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***RENATO CÉLIO MARINHO SILVA****, que referia: "No dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e cinco, Portugal foi surpreendido por um apagão elétrico de grandes proporções, que afetou todo o território continental. Durante várias horas, largas zonas urbanas e rurais ficaram privadas de eletricidade, paralisando serviços essenciais, infraestruturas críticas, atividades económicas e a vida quotidiana de milhões de cidadãos. O colapso da frequência da rede obrigou a um blackstart em várias zonas, um procedimento tecnicamente complexo e demorado, que demorou entre três a seis horas a restabelecer o fornecimento em muitos locais. Este evento revelou vulnerabilidades estruturais graves num setor essencial que, paradoxalmente, está fora do controlo do Estado português. O Bloco de Esquerda tem vindo a alertar, desde há muitos anos, para os perigos da entrega de setores estratégicos ao capital privado, em particular à gestão de infraestruturas críticas como a energia, a água e os transportes. O caso da energia é paradigmático: um setor vital à vida em sociedade e ao funcionamento da economia, hoje gerido segundo uma lógica de maximização de lucro para acionistas - muitos deles estrangeiros - em detrimento do interesse público, da resiliência do sistema e da justiça energética. A EDP foi totalmente*

privatizada entre mil novecentos e noventa e sete e dois mil e doze. O Estado português alienou, em várias fases, a totalidade do seu capital na empresa, culminando na venda de vinte e um vírgula trinta e cinco por cento à Chinesa Three Gorges por dois vírgula sessenta e nove mil milhões de euros em dois mil e doze. Hoje, a empresa opera exclusivamente segundo critérios comerciais, sujeita às lógicas do mercado bolsista e à rentabilidade acionista. As decisões de investimento, operação e manutenção são feitas sem escrutínio democrático nem orientação pública. A REN, responsável pela rede de transporte de eletricidade e gás natural, foi parcialmente privatizada no mesmo período. Em dois mil e doze, o Estado vendeu quarenta por cento do capital a investidores estrangeiros – vinte e cinco por cento à State Grid Corporation of China e quinze à Oman Oil Company. A estrutura acionista atual impede o controlo democrático e transparente de uma rede que constitui o esqueleto do sistema energético nacional. O Bloco de Esquerda defende, há muito, a reversão destas privatizações, A sua posição assenta em princípios de: Soberania nacional: nenhum país deve depender de interesses externos para garantir o funcionamento da sua infraestrutura energética; Democracia económica: os setores estratégicos devem estar sujeitos ao controlo democrático e servir o bem comum; Justiça social e energética: o fornecimento de energia deve ser assegurado como um direito, e não como uma mercadoria sujeita às flutuações do mercado; Transição energética justa: a transição para um modelo energético sustentável exige planeamento público, investimento com critério social e ambiental, e não pode ser deixada à iniciativa dispersa de operadores privados com lógicas contraditórias. O apagão de abril demonstrou que o atual modelo de fragmentação, liberalização e privatização falhou. A ausência de coordenação eficaz entre operadores, a fragilidade da rede e a falta de resposta das unidades de produção revelam uma arquitetura de sistema fraca, vulnerável e desprovida de

orientação central estratégica. Na defesa da recuperação da soberania democrática sobre os recursos e os serviços essenciais à vida, e porque defendemos que a energia deve servir o país e não, apenas, para enriquecer investidores distantes, entendemos que a segurança energética, a sustentabilidade ambiental e a justiça social exigem empresas públicas ao serviço de todos; pelo que é imperioso e urgente que o Governo que saia das próximas eleições de maio, tome as seguintes medidas: Dê início um processo de renacionalização da REN e da EDP, assegurando a sua transformação em empresas de capital exclusivamente público, com controlo democrático e orientação estratégica nacional; Crie uma autoridade pública de energia, com competências alargadas para garantir a coordenação operacional, o planeamento energético e a segurança do sistema elétrico nacional; Promova uma auditoria pública ao impacto da privatização do setor energético, com especial enfoque nos riscos operacionais, na qualidade do serviço, na vulnerabilidade estrutural e nos custos para os consumidores; Reforce o investimento público na manutenção e modernização da rede elétrica, assegurando maior resiliência e capacidade de resposta a falhas ou picos de consumo; Implemente uma estratégia de transição energética justa e democrática, com prioridade às energias renováveis, à descentralização da produção e ao combate à pobreza energética, com envolvimento direto dos municípios e das comunidades locais". Seguiu-se a apresentação de outra ***Declaração Política*** *pelo* ***Sr. Deputado da C.D.U.****,* ***JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA****, subordinada ao tema "Complexo Desportivo Grupo Supera e Petição dos moradores da Rua Luís Soares Barbosa", que dizia: "Chegados a abril de dois mil e vinte e cinco, sem que a petição dos moradores da rua Luís Soares Barbosa, tenha tido uma resposta definitiva da Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil e sem que esta Assembleia se tenha posicionado.*

Entretanto a obra do Complexo Desportivo segue a ritmo elevado, ao arrepio não só da vontade dos moradores, como de um vasto grupo de cidadãos, associações e forças políticas que se associaram a esta justa causa na defesa e manutenção deste espaço verde! Sobre o arquivamento do processo de denúncia, emitido em vinte e um de abril de dois mil e vinte e cinco, pelo IGAMAOT — Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, convém salientar o seguinte: Reconhece a existência da ribeira de São Vitor, ainda que esta esteja entubada, o que contraria as declarações políticas de que a mesma "desapareceu" e de que se tratava de um coletor de águas pluviais, como foi afirmado aqui ainda hoje. Embora tenha sido emitido o TUA — Título Único de Ambiente, impondo um afastamento de cinco metros do curso de água, conforme o artigo sexagésimo segundo do Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis - A barra dois mil e sete, este afastamento não corresponde aos dez metros previstos na Lei número cinquenta e quatro barra dois mil e cinco para linhas de água, o que levanta dúvidas quanto à legalidade da distância imposta. Todo este processo gerou um sentimento de revolta junto dos cidadãos, como vimos, hoje, aqui, na intervenção do público, que vêem o seu espaço verde de proximidade desaparecer, sob uma nuvem de suspeição. Basta olhar para as plantas do PDM de dois mil e quinze, onde era patente a linha de água entubada, e na nova revisão do PDM em consulta pública em que "desaparece" esta linha de água. A CDU e os cidadãos continuam sem acesso ao conteúdo técnico completo do TUA, emitido pela APA, que seria fundamental para compreender a totalidade da fundamentação e garantias. Em conclusão, todo este processo de concessão, licenciamento e construção de um complexo desportivo neste local, merecem denúncia e repúdio pela forma como foi tratado, mas em especial pelo local onde está a ser edificado, local este numa envolvente com um volume de construção excessivo, com prejuízo direto da

qualidade ambiental de quem lá mora e que deixa de poder usufruir deste espaço verde que era de todos e para todos! Continuaremos ao lado dos cidadãos na defesa dos seus direitos e não deixaremos cair no esquecimento todo este processo. Mais lembramos e, neste caso eu, como da área técnica e com a cadeira de hidráulica geral e hidráulica aplicada, aquilo não são águas pluviais. Não venham com essa história. Aquilo é o resultado de um coletor entubado, de uma linha de água, e que resultou neste processo que, para nós, é um processo que termina mal, porque não é dada voz aos cidadãos e o espaço verde, como sabemos, vai ser suprimido daquela zona". Outra ***Declaração Política*** *foi presente pela* ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES****, do seguinte teor: "A decisão do Governo, anunciada numa resolução do Conselho de Ministros, no passado dia sete de março, de reconverter o Hospital de Braga numa Parceria Público-Privada (PPP) assenta em fundamentos que não resistem ao mais superficial exame crítico. Alegar deterioração da qualidade e agravamento orçamental é contrariar frontalmente os dados reais, factuais, que mostram exatamente o oposto: melhorias substanciais no serviço prestado aos utentes e resultados financeiros claramente positivos sob o modelo da Unidade Local de Saúde (ULS). Mais grave, preocupante, mesmo, é o silêncio comprometido da Câmara Municipal de Braga, que, desde a aprovação desta resolução, preferiu alinhar com o Governo ao invés de erguer a voz em defesa dos legítimos interesses do Concelho de Braga e das populações da região abrangida. A conivência Municipal, perante uma decisão que ameaça seriamente o projeto estratégico de um Hospital Universitário em Braga, não pode ser encarada senão como um abandono de responsabilidades e um inadmissível alheamento dos reais interesses dos Bracarenses. Braga não pode aceitar esta decisão precipitada, que põe em risco um modelo integrado, trezentos e sessenta graus, holístico, cuja eficácia é reconhecida e comprovada por*

indicadores sólidos e consistentes. Sublinhar, uma vez mais, que esta mudança compromete gravemente a legítima aspiração de Braga, há muito consolidada, de acolher um Hospital Universitário, inviável no quadro da legislação atual sob gestão privada, frustrando assim uma oportunidade fundamental para o desenvolvimento científico, académico e económico da nossa região. Invocar experiências passadas, como se fossem absolutas e universais, revela um olhar redutor e inaceitável perante uma realidade local que requer tempo para se afirmar plenamente. A saúde dos cidadãos e o interesse público exigem prudência e rigor, e não aventuras motivadas por ideologias ou simplificações económicas. Acresce sublinhar, com toda a clareza, a importância do Serviço Nacional de Saúde público, coração fundamental e inalienável do sistema nacional de saúde português. Para o Partido Socialista, esta é uma posição de princípio absolutamente inegociável. Defender um SNS forte, universal e tendencialmente gratuito é defender a justiça social, a igualdade de oportunidades e a dignidade humana, valores que jamais poderão ser transacionados ou secundarizados em nome de interesses privados ou visões redutoras da gestão pública. Defendemos por isso, firmemente, a continuidade da gestão pública da ULS de Braga, única garantia efetiva da qualidade dos serviços, da racionalidade financeira e da ambição estratégica que esta Região justamente merece, renovando a ambição de, desta forma, podermos ter, a breve trecho, o Hospital de Braga como Hospital Universitário, algo que desde há muito é desejado e ambicionado. A este objetivo, a esta ambição, o PS-Braga dedicará todo o seu empenho e energia, conquanto estamos certos que, desta forma, serviremos melhor a nossa Comunidade tanto do ponto de vista da prestação dos cuidados de saúde, mas também da inovação, da ciência, da tecnologia, áreas centrais e fundamentais, em particular na Saúde". O ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA*** *passou a apresentar uma*

outra ***Declaração Política****, referindo que: "Num ano marcante para o nosso país e para a nossa cidade, o Partido Social Democrata afirma-se com um projeto de confiança, de continuidade e de futuro com os portugueses e os bracarenses chamados a escolher quem deve liderar o governo e o nosso município numa nova etapa de desenvolvimento. Temos razões objetivas para acreditar que os cidadãos continuarão a confiar no PSD e na coligação Juntos por Braga, tanto a nível nacional como local. E temos também razões para dizer, com orgulho e sentido de responsabilidade, que temos obra feita especialmente nas áreas que mais importam para a qualidade de vida das pessoas. Desde o equilíbrio das contas públicas, bandeira desde sempre do PSD, à qual, finalmente e apenas agora, o PS se rendeu, depois de provocar uma bancarrota em Portugal, desde o superavit nas contas públicas em dois mil e vinte e quatro, substancialmente maior que o previsto pelo PS quando ainda era governo, desde o crescimento económico com redução da inflação, o que trouxe maior poder de compra, desde a continua baixa da taxa de desemprego em Portugal, desde o reforço da proteção da população mais débil, desde as novas políticas de habitação, são tudo razões, entre muitas outras, para acreditarmos, com toda a humildade, que o PSD tem todas as condições de vencer as próximas eleições. O PSD e a Aliança Democrática, obviamente. Portugal desde Abril do ano transato tem um bom governo, um governo competente que tem de prosseguir o seu trabalho. A recente crise energética ocorrida esta segunda feira, com graves repercussões para a vida das pessoas, das empresas e das instituições, teve uma gestão competente e adequada, onde a comunicação, a coordenação e direção bem conseguida, apesar das dificuldades. Basta comparar com a infeliz realidade espanhola que não nos contenta mas antes nos entristece, para percebermos a extrema competência do governo português. Foi possível manter as estruturas essências do Estado a funcionar, desde ambulâncias, hospitais (onde*

não ocorreu nenhuma consequência trágica), polícias, forças militares, ambulâncias entre outras estruturas essenciais, sendo a proteção civil eficaz apesar dos problemas surgidos. Os elogios à atuação de Portugal vindos de Espanha e da Presidente da Comissão Europeia confirmam o bom desempenho do nosso Estado e do nosso Governo. O bracarenses, assim como os demais portugueses reagiram com elevação, maturidade, com espirito de solidariedade que é a nossa essência e soube estar à altura da situação. A proteção civil do município fez o bom trabalho que lhe competia, de socorro às pessoas mais vulneráveis, com a ativação do Plano Municipal de Emergência e a declaração da Situação de Alerta, com o desenvolvimento do trabalho em rede resultado da reunião no Quartel dos Bombeiros Sapadores em Braga entre várias entidades de proteção civil, as entidades policiais, Hospital de Braga e Agere, demonstram trabalho em rede exemplar. Houve ocorrências que foram prontamente resolvidas relacionadas com pessoas presas em elevadores e pessoas sem capacidade física para subir aos seus apartamentos. Foram acauteladas o abastecimento de estruturas criticas como o Hospital de Braga e viaturas de socorro, IPSS, garantindo a água e combustível a serviços essenciais. A AGERE que teve de colocar os seus geradores a funcionar e fazer algum racionamento da água dos seus reservatórios não deixou de servir água a serviços essenciais como hospitais e instituições que faziam hemodiálise. Cabe agora ao Governo de Portugal, assim como ao nosso município em função das dificuldades e problemas sentidos preparar melhor o país e Braga para uma resposta ainda mais eficaz e eficiente, se for necessário no futuro. De realçar perante esta assembleia a atribuição a Braga, ontem, do Prémio de Ouro Pela Habitação Inclusiva, resultante, como a Comissão Europeia reconheceu, da sua estratégia de apoio a diversos grupos mais frágeis como idosos, pessoas, com deficiência, famílias monoparentais, minorias éticas, migrantes e vitimas de

deficiência doméstica. Distinção esta atribuída pela Comissão Europeia ontem em Bruxelas durante a quarta edição do Prémio Capitais Europeias de Inclusão e Diversidade. A proteção dos mais fracos e fortes medidas sociais para com os mais desprotegidos são fortes marcas deste executivo municipal. Em Braga estão bem encaminhados fortes investimentos importantes para o nosso concelho, como é exemplo a recuperação do atraso do governo socialista no início das obras no Nó de Infias, as obras do BRT , ou o apoio dado a instituições de solidariedade social que vivam tempos difíceis, entre muitas outras. No nosso concelho a continuação da obra do executivo municipal liderado por Ricardo Rio é essencial para o desenvolvimento de Braga, desde o ambiente, habitação, mobilidade urbana, desenvolvimento económico, apoio ao empreendedorismo, desenvolvimento urbanístico, proteção do centro histórico, desporto, proteção da população com mais dificuldades económicas e socias, cultura, entre muitas outras. E esta visão que será prosseguida com energia e renovação por João Rodrigues, o nosso candidato à presidência da Câmara Municipal. Um homem com provas dadas, o candidato à Câmara Municipal com maior experiência técnica, política e o melhor preparado, com conhecimento profundo da cidade e com um compromisso real com os desafios do próximo ciclo autárquico. João Rodrigues representa a continuidade de uma estratégia de sucesso, aliada à capacidade de inovar, escutar e construir consensos. O futuro de Braga passa por continuar este caminho. Com seriedade, com competência, com visão ambiental, social e económica. O PSD está preparado para servir Braga e Portugal com políticas públicas sérias, com obra feita e com equipas capazes. Confiamos no nosso trabalho, confiamos nas nossas propostas, confiamos nos bracarenses e nos portugueses. Servir Portugal e servir Braga, é o que mais nos honra. Deixem Braga e Portugal trabalhar". Passou-se à apresentação da ***ORDEM DE TRABALHOS****:* ***PONTO NÚMERO UM –***

APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO TERCEIRO MANDATO NÚMERO TRINTA E SEIS BARRA DOIS MIL E VINTE E CINCO, DE QUATRO DE ABRIL*. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a ata do décimo terceiro Mandato número trinta e seis barra dois mil e vinte e cinco, relativa à sessão extraordinária de quatro de abril. Posta à votação, foi a presente ata* ***aprovada com cinco abstenções****.* ***PONTO NÚMERO DOIS - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO****. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, começou por intervir o* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para questionar o seguinte: "Em dois mil e vinte, a Câmara Municipal aprovou uma minuta para um acordo a estabelecer com a Universidade do Minho para a criação de uma zona de lazer a norte da Universidade, que integrava o campo de futebol de Gualtar. Nessa mesma minuta, aprovada, como disse, em dois mil e vinte, previa-se que seriam desenvolvidas de imediato obras para que esse equipamento desportivo estivesse disponível dentro de dois anos. Esta expetativa vinha concluir, naturalmente um compromisso que o Senhor Presidente da Câmara assumiu em dois mil e treze e que foi repetindo consecutivamente, sem que até aos dias de hoje tal intenção se tenha concretizado. Para tal efeito, e porque tardava, já lá vão cinco anos que esse pretenso acordo foi celebrado, coloquei a pergunta ao Senhor*

Presidente da Câmara, para saber o que é que se passava com este acordo, solicitando ao mesmo tempo o protocolo devidamente firmado e assinado entre o responsável pela Universidade do Minho, o Senhor Reitor e o Senhor Presidente da Câmara. O que me foi enviado foi a cópia da minuta na volta do correio, como se costuma dizer. Requeri a quem tinha sido mandatado para me dar a informação, pedindo, novamente, que me fosse entregue o protocolo assinado pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Reitor, facto que não aconteceu. Daí que a minha pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, na sequência do requerimento que apresentei é: esse acordo já foi assinado volvidos cinco anos após a aprovação da minuta? Se sim, porque é que não me foi dado? Se não, o que é que está em jogo? Até porque, mudando a equipa reitoral, nós não sabemos como é que irão assumir esse compromisso anterior. E, portanto, é essa a pergunta que deixo ao Senhor Presidente. De uma forma antecipada, dizer que o Senhor Presidente virá aqui dizer que eu venho aqui falar dos assuntos de Gualtar, tentando meter areia na engrenagem entre mim e o Presidente da Junta. Mas eu gostava de lhe dizer que, enquanto membro e eleito da Assembleia Municipal, eu tenho a função destinada a todo o território municipal, que integra também o Gualtar e, portanto, não fico condicionado, quando em Gualtar há uma questão que tem a ver com uma zona de lazer e com um campo de futebol, que tem vindo a ser adiado consecutivamente. Fico a aguardar a resposta do Senhor Presidente". Usou depois da palavra o ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para colocar a seguinte questão: "Na qualidade de Deputado Municipal da Iniciativa Liberal, venho solicitar um esclarecimento relativamente à execução da linha amarela do Metrobus em Braga, cuja construção foi recentemente adiada. Segundo tivemos conhecimento, apesar do adiamento, a Câmara mantém a intenção de avançar com duas linhas. No entanto, permanece por esclarecer qual*

o novo calendário de execução previsto para esta infraestrutura e, sobretudo, quais são as garantias de financiamento, sobretudo tendo em conta que setenta e seis milhões de euros serão alocados ao projeto da linha vermelha. Assim, pergunto objetivamente: O que motivou concretamente o adiamento desta linha? Qual o novo cronograma previsto para a linha amarela do Metrobus? Quais são as fontes de financiamento atualmente asseguradas ou em negociação para garantir a sua concretização? Estas são questões que interessam diretamente aos bracarenses, em particular no contexto da mobilidade de Braga, um dos principais problemas da cidade. Este é um ponto. O seguinte prende-se com a Francisco Sanches. Tendo em conta o compromisso anteriormente assumido pela autarquia relativamente à reinstalação da Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé" no edifício da antiga Escola Francisco Sanches - agora designado como Centro Cultural Francisco Sanches -, e considerando o relevante contributo desta associação, com mais de quarenta e cinco anos de atividade dedicada à preservação e divulgação da cultura bracarense: Pergunto se a Câmara Municipal mantém a intenção de cumprir essa promessa, nomeadamente a cedência das duas salas previstas para a referida associação, e, em caso afirmativo, qual o calendário previsto para a concretização dessa reinstalação. Por fim, tendo em conta a crescente mobilização da comunidade em torno da Ludoteca da Estufa, situada no Parque da Ponte, evidenciada pela circulação de uma petição pública que visa garantir a continuidade deste espaço como equipamento cultural municipal gratuito e acessível a todos e considerando o papel fundamental que esta ludoteca desempenha na promoção da educação não formal, criatividade e inclusão social em Braga, gostaria de colocar as seguintes questões: Qual é a posição atual da Câmara Municipal relativamente à continuidade da Ludoteca da Estufa como espaço público municipal? Existe algum plano ou intenção de reestruturação,

encerramento ou alteração do modelo de gestão deste equipamento?". Interveio, depois, o ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA****, para referir que: " foram vinte e quatro milhões de euros à vida. E só para corrigir, ali o Bruno, não é Metrobus, é BRT. Metrobus é noutro sítio. E como foram vinte quatro milhões de euros à vida, e vinte e quatro milhões de euros é muito dinheiro, nós só vimos perguntar: e agora? Vamos ver o que é que a Câmara nos vai dizer". A palavra foi dada ao* ***SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA****,* ***RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO****, para prestar os esclarecimentos solicitados, referindo que: "Começando pela pergunta mais fácil, há a questão da petição que, entretanto, começou a circular nas redes sociais relativamente à ludoteca, eu acho que é um bom sinónimo daquilo que, às vezes, é o descontrolo que, muitas vezes, ocorre em relação a temáticas que têm passos e circunstâncias muito concretas. Não há, nem nunca houve nenhuma intenção da Câmara Municipal, alterar a vocação daquilo que tem sido um projeto absolutamente vencedor e que tem tido muita adesão, cumprindo o fim estratégico para o qual foi consignado. E, portanto, eu próprio fui surpreendido quando vi começar a circular uma petição sobre algo que nunca tinha sido questionado. As pessoas aderem naturalmente a essa mesma questão. A ludoteca há-de manter-se, enquanto continuar a ser um projeto alinhado com aquilo que tem sido o seu trabalho, exatamente nos mesmos moldes. E, portanto, não é pelo facto de haver uma petição a questionar a sua preservação, que há qualquer dúvida anterior sobre essa mesma continuidade e, sobre esse ponto, há que dizê-lo de uma forma absolutamente taxativa. Sobre a questão do também, já agora, continuando na área cultural do edifício de Francisco Sanches, como é sabido, foi hoje aprovado na reunião de Câmara Municipal e depois, já na reunião anterior, ter sido aprovado o regulamento do novo Museu de Braga, que será um museu polinuclear, como nós*

fizemos questão de frisar, contendo uma âncora central que será localizada no edifício da Francisco Sanches, no renovado Centro Cultural Francisco Sanches, um conjunto de pólos disseminados por equipamentos já existentes ou a constituir um já em curso, como o caso da área das Carvalheiras, outros brevemente também clarificados do ponto de vista do seu âmbito de intervenção, como será o Museu da Fábrica Confiança, e outros que já existiam, como é o caso da Casa dos Crivos e do Museu da Imagem, através do espólio que ali será também exibido. E, portanto, o projeto do Museu de Braga, que hoje foi apresentado enquanto projeto geográfico, não esgota de todo aquilo que é o espaço do Centro Cultural da Francisco Sanches. O espaço cultural já tinha lá, e já tem lá a funcionar, neste momento, o Arquivo Municipal, na sua versão renovada. Vai ter também o Museu de Braga, que cumprirá uma área em geral de cerca de oitocentos metros quadrados e depois terá um conjunto de outras áreas e de outras valências que servirão para residências artísticas, para espetáculos, para outras exposições, a Galeria do Eixo Atlântico, enfim, toda uma série de valências onde se inclui, de forma absolutamente também inequívoca, porque é esse o compromisso que está assumido, e essa questão já foi hoje colocada numa reunião do Executivo, obviamente que o Senhor Deputado não acompanhou, mas repito aquilo que lá disse também sobre essa matéria, o acolhimento ou o reacolhimento dos "Sinos da Sé", porque também era esse o plano que estava inicialmente estabelecido. Portanto, mais uma vez, outro tema em que, por mais que possa haver qualquer tipo de dúvida alimentada por discussões estéreis, não há nenhuma dúvida prática sobre aquilo que vai ser o destino dado também a esse compromisso e será reiterado esse mesmo compromisso e será concretizado, aliás, o regresso dos "Sinos da Sé" ao edifício do Centro Cultural Francisco Sanches. Sobre o BRT, e pegando nas questões que aqui foram levantadas, quer pelo Senhor Deputado

Bruno Machado, quer pelo Deputado do PAN, dizer que o BRT é um projeto que nós entendemos que devia, por uma lógica de aceleração, e por uma lógica de garantia de comparticipação, ser incluído no âmbito do PRR. Trabalhámos com o governo anterior do Partido Socialista para que assim acontecesse e, aliás, houve até aqui, há que destacá-lo, alguma dissonância entre aquilo que têm sido as posições do Partido Socialista, a nível local, e aquilo que foram as posições do Governo do Partido Socialista, enquanto Governo do país, mas a verdade é que a concretização do PRR tem prazos muito concretos do ponto de vista da sua delimitação temporal. As obras todas que são financiadas pelo PRR, têm que estar em todos os projetos, sejam eles materiais ou imateriais, têm que estar concluídos física e financeiramente, até junho de dois mil e vinte e seis. E a verdade é que, perante esse chicote, chamemos-lhe assim, do risco de perda de fundos, o Governo nacional e a estrutura de missão que gere o PRR, têm acompanhado todos os projetos, em todas as áreas, não é apenas na área da mobilidade, assim aconteceu com a Fábrica Confiança no que diz respeito às residências universitárias, e assim aconteceu com os vários equipamentos culturais, educativos e de saúde que estão a ser também desenvolvidos no nosso território, para o nosso e nos outros, seguramente, para verificar da capacidade de cumprimento dos prazos estabelecidos. E, no caso concreto, daquilo que inicialmente consignava o projeto do BRT em Braga, das duas linhas amarela e vermelha, com uma verba dotada de cerca de cem milhões de euros, a verdade é que uma delas tem, neste momento, ou teve durante as últimas semanas e meses, diria até, várias obstruções que foram sendo levantadas, em particular, pela Infraestruturas de Portugal. A linha amarela, como é sabido, obriga ao atravessamento da Avenida António Macedo, que é tutela, ainda, da Infraestruturas de Portugal. A própria zona envolvente à estação de caminhos de ferro tem também a tutela da Infraestruturas de Portugal e sobre essa

matéria foram levantadas uma série de objeções ao projeto que foi desenvolvido. E, portanto, em relação a essa linha de forma particular, foi colocando em risco a concretização do prazo que estava estabelecido. E obviamente que à medida que o tempo foi passando, nós tínhamos duas possibilidades, ou mantínhamos o projeto dentro do BRT, correndo o risco de chegar ao final e não ter o projeto concluído e termos que, eventualmente, não só perder fundos da parte não executada, como eventualmente, porque isso não está ainda cabalmente esclarecido, ter que devolver verbas de uma parte que já tivesse sido executada e que depois não tivesse sido concluída, porque essa questão, relativamente aos projetos não concluídos, também ainda não está pela própria União Europeia totalmente clarificada. E, portanto, a nossa decisão, perante as condições que nos foram apresentadas, foi de garantir para a elaboração do Parque de viaturas e de abastecimento do BRT, para a aquisição de viaturas que serão utilizadas em toda a linha do BRT e para a execução da linha vermelha, garantir este envelope financeiro, que naturalmente é um envelope, até diria, mais generoso do que aquilo que normalmente iria ocorrer apenas para uma linha, mas que efetivamente nos garante todas essas dimensões. Perguntam os Senhores Deputados qual é o futuro da linha amarela, aliás, não apenas da linha amarela, mas das outras linhas, porque desde o início o projeto do BRT não estava consignado apenas a duas linhas, tinha um plano alargado que quereríamos concretizar. E como é que quereríamos concretizar? Da mesma forma como agora queremos concretizar a linha amarela, ou com recurso, mais uma vez, a financiamento comunitário de outra natureza, como tem sido também profusamente verificado em diversas ocasiões, têm sido canalizados recursos quer dos quadros regionais, quer dos quadros nacionais, para apoiar esses projetos de mobilidade ou através, como não é também despiciendo, do próprio Orçamento de Estado que, como eu próprio tenho referido inúmeras vezes, tem sido muito parco,

ao longo das últimas décadas, em investimentos no Município de Braga. E, portanto, se este é um projeto estratégico, que nem sequer se circunscreve à realidade municipal, basta pensarem e ou atenderem, melhor dizendo, àquilo que se está a passar no que diz respeito ao projeto de Guimarães e à ligação a Guimarães. Guimarães não tem sequer, neste momento, nenhum financiamento consignado para o projeto do BRT no seu concelho. Não tem nenhum financiamento consignado para a ligação a Braga e depois, a partir de Braga, para a ligação desde logo ao Quadrilátero ou ao Pentágono Urbano que, entretanto, foi constituído, e não é por isso que deixam de estar a avançar com o projeto, com todas as formatações que vão dar origem a essa mesma solução de mobilidade. É isso também que nós estamos a fazer, tendo a certeza que vamos concretizar a linha vermelha até junho de dois mil e vinte e seis e trabalhando até lá e, a partir daí, para concretizar as outras linhas, as três outras linhas, dentro deste esquema de financiamento que agora referi, que obviamente vai necessitar do envolvimento e do poder de decisão do governo que vier a assumir funções após as eleições do próximo dia dezoito de maio. Portanto, relativamente a essa questão, é esta a informação. Aliás, posso dar nota aos Senhores Deputados, aos que colocaram as duas questões e a todos os outros, que a administração dos Transportes Urbanos e a Vereadora do pelouro da Mobilidade, já se disponibilizaram para promover uma reunião de esclarecimento com os membros do Executivo Municipal, porque esta questão também já foi discutida na reunião de Câmara e seguramente que estarão disponíveis para poder prestar, detalhadamente, todos os esclarecimentos quer sobre as questões levantadas, quer sobre o faseamento do processo, quer todas as etapas que se seguirão aos Deputados Municipais, seja através das Comissões, seja através de reuniões com os grupos parlamentares, como assim venham a entender, ou solicitar até individualmente. Finalmente, Senhor Deputado João Nogueira, eu

confesso que não tenho resposta para a questão que aqui colocou. Aliás, queria aqui destacar uma coisa que não deixa de ser um bocadinho curiosa, o Senhor Deputado vem aqui fazer a pergunta, antecipa a minha resposta e, na verdade, parece ter informação que eu pessoalmente não tenho, porque nem sequer sabia da questão que tinha colocado, como sabe, eu regressei hoje de férias e não sei se nos últimos dias colocou alguma questão sobre essa matéria do pedido da cópia do contrato. Não tenho conhecimento que me tenha chegado nada nessa matéria, mas nem sequer lhe consigo responder. Não sei se a cópia está assinada, se não está assinada. Agora, o que lhe posso dizer, são várias outras coisas. A primeira, eu acho que, ao contrário daquilo que nalgumas crónicas que têm vindo na comunicação social, às vezes induzem, a relação entre as instituições é feita, e instituições, como neste caso, da Universidade do Minho e da Câmara Municipal, é feita numa base de confiança e de lealdade. O protocolo, que foi celebrado, na altura, entre a Câmara Municipal e a Universidade do Minho, foi alvo de uma revisão muito detalhada por parte da Universidade do Minho, antes de ser submetida à apreciação dos órgãos municipais. Portanto, teve total concordância do Reitor da Universidade do Minho, do Administrador da Universidade do Minho, de todos os membros da Equipa Reitoral. A partir do momento em que foi aprovado, do lado de lá, foi submetido a votação na reunião de Câmara, na reunião da Assembleia Municipal e daí resultaram consequências. As consequências, em primeiro lugar, como o Senhor Deputado saberá, foi que foram elaborados projetos para o referido campo de Gualtar e foi elaborado também um projeto não só para o campo de Gualtar, mas também, por solicitação da Universidade do Minho, para uma zona de recreio que seria aprovada e elaborada no próprio campus universitário. Portanto, o projeto tinha estas duas valências, inclusivamente para esta valência da zona de lazer, foi envolvida a equipa de Planeamento e de Projeto

*da própria Universidade do Minho. Portanto, estranho seria que a Universidade do Minho estivesse, por um lado, a não validar um protocolo que tivesse sido assinado connosco e, ao mesmo tempo, estivesse a elaborar um projeto que tinha como base essa relação de parceria, e o projeto do campo foi desenvolvido. Ele teve várias revisões, aliás, tal como vários outros, há que recordar que depois de dois mil e vinte, tivemos o período da pandemia, tivemos uma série de atrasos. O projeto teve uma primeira versão que foi naturalmente revista, teve diversas etapas de aprovação e, neste momento, diria, que está numa fase final. E, portanto, eu não quero aqui também desapontá-lo, e não responder ao seu repto, dizendo que obviamente que isto é uma questão de natureza da freguesia para o qual o Senhor Deputado Municipal, enquanto tal, tem toda a legitimidade para poder colocar questões, mas eu também me permito, digamos assim, usurpar as responsabilidades de outrem e, em nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, com quem seguramente terá um contacto ainda mais próximo do que eu, convidá-lo para a sessão que ele vai promover no dia doze de apresentação do projeto de intervenção no Campo de Gualtar". **PONTO NÚMERO TRÊS - RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, e do disposto no artigo setuagésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, na sua redação atual, a proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de sete de abril do ano em curso, referente ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de dois mil e vinte e quatro, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa*

ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra o ***Sr. Deputado da C.D.U.****,* ***JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA*** *para, inicialmente saudar os trabalhadores ali presentes, que já estavam no Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador. "Convido-vos a todos para aparecerem amanhã em Guimarães, na nossa manifestação conjunta de todas as forças políticas que defendem os trabalhadores, às quinze horas. Voltando aqui ao nosso tema do debate, tema forte que já levou à alteração do Regimento, salientar que, a apresentação do relatório de gestão e contas do município serve, invariavelmente, para fazer um balanço da capacidade de concretização de quem está à frente dos desígnios da Câmara Municipal. Fazendo uma analogia entre o apagão de eletricidade que assolou Portugal no passado dia vinte e oito de abril, e o apagão de realizações que este município deixa de legado de doze anos de executivo, o cenário é muito mais negro: não pela falta de luz elétrica mas pela falta de obra feita e de respostas aos problemas dos cidadãos! E tal como o país se viu em dificuldades, por falta de um plano contingência para repor rapidamente a produção nacional de energia elétrica, a nossa Câmara Municipal já não há gerador de emergência que o valha! É bem patente neste relatório de atividades e contas de dois mil e vinte e quatro a incapacidade de realização das grandes opções do plano de dois mil e vinte e quatro, e que foi aprovado em dezembro de dois mil e vinte e três, como sabem, e que são uma continuação "dolorosa e persistente" dos anteriores dois mandatos! Senão vejamos aqui alguns excertos retirados deste relatório: Logo na página quatro, lê-se, e passo a citar: "Assistimos a relevantes esforços concertados que se manifestaram na consolidação de Braga como Cidade Media Arts da Unesco". Esta designação Media Arts, peca por nos trazer a todos em má memória o Media Arts Center, por concretizar no antigo Cinema São Geraldo...não sabemos é como nem quando... Mas nem tudo vai mal no reino da Dinamarca. Para isso contribuiu*

as comemorações dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril, com uma programação cultural que decorreu todo o ano e que teve o seu ponto alto nos dias vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis de abril. O provérbio "Mais vale tarde do que nunca" aqui se aplica na perfeição! Finalmente a CMB envolveu-se de forma consequente nas comemorações do vinte e cinco de abril, sendo de relevar o monumento aos cinquenta anos do vinte e cinco de abril na Avenida da Liberdade, a marca distintiva que melhor perdurará no tempo e na memória coletiva dos Bracarenses. Queremos que estas iniciativas se repliquem nos anos vindouros, fazendo assim parte do património material e imaterial da nossa cidade! A AMB extraordinária do dia vinte e cinco de abril deste ano, a que se associou a Assembleia Municipal Jovem, são já demonstrativos de que a celebração do vinte e cinco de abril deve ser sempre comemorada na nossa Cidade de Braga. Mas continuemos com o documento objeto desta intervenção. O executivo não é parco em palavras elogiosas a descrever as dezenas de iniciativas culturais, festas e festinhas que enchem catorze páginas do relatório. Pouparei os senhores deputados e público que nos assiste, a este relato, na certeza que os deputados da Coligação Juntos por Braga que me sucederão neste púlpito o irão fazer, repetidas vezes, para gáudio de alguns e para desagrado de muitos dos presentes! Seguindo o relatório, os prémios, honrarias e títulos, com nomes pomposos em inglês (assim soa melhor!), sucedem-se em catadupa: qual Braga capital do império Romano! Qual Braga feira das vaidades! Ela é "Europe Best Destination", ela é "World travel Awards"! Ela é "Swiss Tourism Awards"! Ela é "Green Destinations Platinum Award", entre muitos outros galardões! Ela é URBACT- Cities After Dark, ela é "Braga by night! Ela é Braga by sunset! Ela é SMART City! Mas ela não seria nada sem ele: "Global Parliament of Mayors dois mil e vinte e quatro" ele é "Champion Mayors para o Crescimento Inclusivo da OCDE". Ele é, ele é....mas o que será

depois de outubro de dois mil e vinte e cinco só ele saberá! O que nós sabemos é que estes prémios e honrarias, espremidinho, espremidinho não dão em nada de útil para a cidade! Os cidadãos querem é que se resolvam os problemas reais do seu dia-a-dia. Os cidadãos querem saber é quando termina o caus no trânsito, quando é que chega o PRR para a construção de habitação a custos controlados, querem é saber quando podem usufruir das novas residências universitárias ou residências para os estudantes do ensino secundário (como foi proposto pelos jovens na última Assembleia Municipal Extraordinária do dia vinte e cinco de abril), querem é saber quando podem usufruir de um passe único intermodal! (como foi proposto por esses jovens, na mesma Assembleia Municipal), querem é saber quando podem usufruir do parque eco monumental das Sete Fontes, ou dos futuros parques verdes que vão nascer na parte norte da cidade (segundo o novo PDM), querem é saber em que Park & Ride podem estacionar o carro, fora da cidade, para poderem apanhar o autocarro ou o BRT para irem trabalhar, estudar ou para irem passear no centro ou para uma consulta no hospital! Querem é saber quando avança a obra da Variante do Cávado (feita pela Câmara ou pela IP), isso depende da vossa força e da vossa capacidade de negociação com o Governo Central, o que interessa é fazer; querem é saber onde estão as creches para deixar os seus filhos; querem é saber de vagas numa nova piscina municipal (que tanta falta faz!). Isso é que interessa saber. Isso é que interessa dar resposta imediata aos nossos cidadãos. Ao contrário de intervenções nos anos anteriores, não perderemos tempo a repetir as más execuções financeiras, as obras que ficaram por concretizar, pois resultam da inépcia deste Executivo, pois resultam das más opções politicas. É tempo de rutura com esta visão pequenina da cidade é tempo de mudança e Braga sabe que não pode contar com este Executivo e esta Coligação para fazer um caminho de futuro, de desenvolvimento e progresso sustentável. Para isso sabem que contam

com a CDU, nesse caminho disruptivo e de futuro! Porque Braga tem futuro, assim queiram os seus cidadãos!". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado Independente****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA****, para, inicialmente, dizer que: "Permitam-me só, até porque o Senhor candidato da CDU às próximas eleições está bem disposto e eu acho que isso é um bom sinal, e esta Assembleia tem sido muito interessante, até porque assistimos aqui a duas coisas, permitam-me partilhar isto convosco, achei curioso, e é um aspeto negativo, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, usar aqui uma palavra estrangeiro, estrangeiro uma série de vezes, quando nós europeus temos, e Braga tem sido uma cidade integradora e só não integra o capital. E, por isso, um partido que tem sido notícia, pelas más notícias, em relação aos seus colaboradores, defender aqui o Primeiro de Maio, em defesa dos colaboradores, parece-me que não está em contexto com aquilo que referiu. Mas, o mais interessante desta Assembleia, até agora, tem sido, de facto, esta questão da Lei dos Solos, que tanto barulho deu, e ficámos contentes em perceber que, afinal, interessa para os bracarenses, interessa para o Partido Socialista, e deixo aqui esta nota. Mas ainda antes de me debruçar sobre o relatório, deixar aqui uma nota, é que várias vezes aqui, noutras reuniões, foi referido a questão dos documentos e, de facto, nós chegámos a dois mil e vinte e cinco, com um documento de relatório e contas muito completo, muito estruturado e com um aspeto que também tem sido referenciado, que é a tal normalização entre as várias entidades. Há um caminho que foi feito e gostava de valorizar isso, e um outro aspeto também, porque, por vezes, coloca-se a transparência como se fosse uma coisa muito comum e, por vezes, também quando a temos, nem sempre a valorizamos. E, por isso, as apresentações prévias dos relatórios com a explicação dos administradores dos membros, e tive oportunidade participar em algumas das reuniões com outros Deputados, quase sempre os mesmos, mas é de reforçar esta*

disponibilidade e a forma clara, tranquila como foi feito e de dar essa nota. O Relatório de Gestão e Contas do Município de Braga referente ao ano de dois mil e vinte e quatro não é apenas um instrumento legal de prestação de contas é, sobretudo, um reflexo da seriedade com que esta maioria municipal encara o seu mandato e os compromissos assumidos com os Bracarenses. Dois mil e vinte e quatro foi um ano de afirmação. Apesar das exigências orçamentais, da conjuntura inflacionista e da responsabilidade acrescida decorrente da descentralização de competências, o Município de Braga demonstrou, mais uma vez, que é possível aliar rigor financeiro a uma ação transformadora. O ano de dois mil e vinte e quatro ficará marcado como um ano de investimento, de coragem política e de afirmação estratégica do nosso município. E isso é visível desde logo no resultado orçamental: Braga arrecadou cento e oitenta e seis milhões de euros em receitas, executou cento e oitenta e cinco milhões de euros em despesa, e cumpriu com rigor todos os limites legais de endividamento e de equilíbrio financeiro. O resultado líquido negativo que este relatório espelha - e que, de forma descontextualizada, pode ser alvo de aproveitamento político - resulta, na sua essência, de duas decisões estratégicas que revelam a coragem e o compromisso do executivo com o futuro da cidade: Em primeiro lugar, a internalização da SGEB, empresa criada pelo Partido Socialista, no contexto de uma parceria público-privada, que acarretava encargos futuros insustentáveis para o município. A aquisição da totalidade do capital - com destaque para os cinquenta e um por cento detidos por privados - foi um passo decisivo e estratégico, que representou um investimento de quinze milhões de euros em dois mil e vinte e quatro. Este montante, contabilizado como gasto, é, na verdade, uma poupança futura estimada em vinte e oito milhões de euros, de acordo com os estudos técnicos. Isto é, sim, boa gestão. Uma decisão financeiramente responsável e socialmente justa e contrasta com o PS, que prejudicou as finanças

do município com uma decisão eleitoralista, que só tinha um propósito, o de manter o poder. Em segundo lugar, a constituição de uma provisão de sete vírgula cinco milhões de euros relacionada com o processo judicial em curso com a GESWATER. Esta provisão cumpre o princípio da prudência e demonstra um municipalismo sério, que não esconde responsabilidades nem empurra problemas para o futuro. Apesar destas duas medidas excecionais, Braga continua a cumprir plenamente o equilíbrio orçamental, como determina a Lei número setenta e três barra dois mil e treze. O saldo corrente é superior em dez milhões de euros à média das amortizações da dívida, e a cidade não tem pagamentos em atraso, mantendo um prazo médio de pagamento de apenas trinta e dois dias. São sinais claros de credibilidade financeira, planeamento rigoroso e capacidade de execução. Mas mais importante do que as contas - que estão equilibradas -, são os resultados para os cidadãos, exatamente o que o candidato do Partido da CDU referia. Em dois mil e vinte e quatro, o Município de Braga investiu vinte e sete vírgula três milhões de euros diretamente, dos quais vinte e dois vírgula oito milhões no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos. Este valor traduziu-se em infraestruturas, serviços e apoios concretos para os Bracarenses. Destaco alguns exemplos: Na mobilidade e no espaço público: requalificação do túnel e da Avenida da Liberdade, acessibilidades rodoviárias em várias freguesias, inserção urbana da rede ciclável. Na cultura: requalificação do Museu Dom Diogo de Sousa, do edifício Francisco Sanches e do Convento de São Francisco de Real. Na educação: obras em escolas como Gualtar, Nogueira e Figueiredo, num investimento global superior a dois vírgula sete milhões de euros. Na sustentabilidade: projetos como a renaturalização do Rio Este, que hoje dá gosto ver como está o Rio Este e aquilo que era há dez anos atrás e as margens da Ribeira de Castro e a valorização que teve a área envolvente. E ainda, na habitação, com destaque para o projeto da

reconversão da Fábrica Confiança numa residência para estudantes, acessível e multifuncional, articulado com os instrumentos do PRR e com uma visão de coesão urbana. Mas permitam-me destacar um ponto que honra especialmente este município: o investimento social. Em dois mil e vinte e quatro, reforçámos programas de habitação, ação social, apoio à natalidade, saúde e envelhecimento ativo. O Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, com quinhentos mil euros, o reforço do apoio ao arrendamento (um vírgula sete milhões de euros) e os investimentos na educação pública (nove vírgula quatro milhões de euros) são exemplos de uma política municipal virada para as pessoas. Estas políticas foram reconhecidas a nível nacional e europeu, os tais prémios que podem ser em inglês, que podem ser em português, mas o importante é que o trabalho seja reconhecido. A BragaHabit foi distinguida com o Prémio "Viver em Igualdade" e com a Bandeira de Mérito Social pela Associação Nacional de Gerontologia Social. E muito recentemente, Braga foi distinguida pela Comissão Europeia com o Prémio Capitais Europeias da Inclusão e da Diversidade dois mil e vinte e quatro. Creio que, é por demais evidente e estes prémios não surgem por acaso. São fruto de uma governação que aposta na coesão social, na inclusão e na justiça territorial. E nesta justiça territorial, as freguesias têm sido parceiras ativas. Em dois mil e vinte quatro, as transferências diretas para as freguesias ascenderam a nove vírgula um milhões de euros - o valor mais elevado de sempre. Em dois mil e treze, esse valor era apenas de dois vírgula quatro milhões, significa que em pouco mais de uma década, quadruplicámos o investimento direto nas juntas, afirmando uma verdadeira descentralização interna e valorizando o poder local. Em dois mil e vinte e quatro, Braga cresceu com responsabilidade, inovou com inteligência e cuidou das pessoas com justiça. Somos hoje um município com contas equilibradas, reconhecido pela sua política social, dinâmico na cultura, exemplar na

sustentabilidade e ousado nos grandes projetos. Uma Braga que cumpre o que promete. Uma Braga que serve os seus. O voto favorável a este documento é o reconhecimento do trabalho realizado - mas mais do que isso, é um compromisso com a continuação de uma política pública próxima, moderna e responsável. Braga está hoje mais social, mais sustentável, mais europeia e mais próxima. E isso deve encher-nos de confiança e orgulho". A palavra foi dada ao ***Sr. Deputado da I.L.****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *para, por seu turno, destacar: "Em nome da Iniciativa Liberal, apresento a nossa leitura crítica do Relatório de Gestão e Contas do Município de Braga referente ao exercício de dois mil e vinte e quatro. Desde já, reconhecemos o esforço da autarquia em responder aos múltiplos desafios de um ano marcado por incertezas internacionais, inflação, instabilidade política e exigências crescentes na área social e de competências descentralizadas. Mas é precisamente à luz destes desafios que devemos ser exigentes na avaliação da gestão municipal. Começo por salientar alguns aspetos positivos: O esforço de investimento público; A promoção de Braga como cidade inovadora, designadamente com a atribuição do prémio "Cidade Europeia Inovadora em Ascensão" e o reconhecimento da UNICEF. A consolidação das competências descentralizadas em educação, saúde e acção social, com reforço de meios humanos e físicos. Contudo, a Iniciativa Liberal tem sérias reservas e preocupações que não podem ser ignoradas: Quanto ao aumento do endividamento e passivo municipal: O passivo total cresceu, representando um aumento de vinte e nove por cento face a dois mil e vinte e três. A dívida legal cresceu vinte por cento, colocando pressão futura sobre os orçamentos municipais, mesmo que ainda dentro dos limites legais. Não podemos aceitar que o investimento seja feito à custa de endividamento pouco prudente, sobretudo quando parte substancial foi destinada a resolver questões herdadas, como a aquisição da SGEB, com impacto direto de quinze*

milhões de euros no resultado líquido do período. No que respeita ao resultado líquido negativo de vinte e três milhões de euros: Este resultado revela um desequilíbrio evidente entre rendimentos e gastos. Ainda que parcialmente explicado por fatores extraordinários - SGEB e provisões judiciais –, denota uma fragilidade na sustentabilidade financeira que não pode ser ignorada. É essencial uma maior exigência no controlo da despesa e na avaliação do retorno do investimento público. Por outro lado, temos de salientar a ausência de avaliação independente das políticas públicas. Apesar dos múltiplos programas implementados, não é apresentada qualquer métrica independente que avalie o seu impacto real. Quantos estudantes beneficiaram? Que resultados concretos foram obtidos com os projetos sociais? Onde está a avaliação de custo-benefício? Por fim, o relatório é extenso, mas nem sempre claro ou acessível aos cidadãos. Continuamos sem ver um verdadeiro esforço para simplificar os relatórios financeiros e apresentar de forma visual, objetiva e compreensível os indicadores de desempenho. Por tudo isto, a Iniciativa Liberal considera que, embora o Município de Braga continue a apresentar dinamismo e capacidade de execução, falta-lhe disciplina orçamental, rigor na avaliação de políticas públicas e uma visão mais clara de sustentabilidade a médio e longo prazo. Defendemos, por isso, a uma gestão mais prudente, assente em métricas, transparência e responsabilidade perante os cidadãos. Não obstante estas críticas, vamos votar favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos". Interveio, depois, o ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO*** *para, a propósito, realçar que: "Este será o último Relatório e Contas apresentado por este Executivo Municipal pelo que é o momento para que se efetuem considerações sobre este último ano, sobre este último mandato e, porque não, sobre os últimos três mandatos! Na realidade, essa avaliação vai ser feita nas urnas podendo ter dois*

desfechos possíveis que é o de não aprovarem a continuidade da política seguida ou aprovarem, como eu acredito que venha a suceder, a continuidade deste executivo, com as habituais mudanças de estilo, de forma e de sensibilidade na mudança de ciclo! Este executivo não teve a vida facilitada ao longo dos anos devido à enorme adversidade que foi sofrendo durante os mandatos, mas que não servem de desculpa para o que foi ou não foi efetuado! Na realidade e apesar das adversidades, temos uma Cidade mais protetora, mais democrática, mais verde, mais inclusiva, mais desportiva, mais cultural, mais educadora, enfim, uma Cidade mais bem preparada para os desafios futuros! Braga foi a grande promotora de investimento público ao requalificar acessibilidades, ao adquirir e ou reabilitar património, ao afirmar-se como Capital da Cultura, ao aplicar políticas de sustentabilidade, ao reforçar e inovar respostas sociais e educativas, ao dar o exemplo no que concerne à transição energética e ao promover exportações! A qualidade de vida dos bracarenses é hoje, muito melhor do que era quando este executivo começou a implementar as suas políticas! Mas vamos então ao último ano, que é na realidade o ponto em questão e do qual muitos dizem à boca cheia que nada se fez! Pois bem, reabilitou-se o Túnel da Avenida da Liberdade, adquiriu-se o edifício do Cinema São Geraldo e o do Pé Alado, requalificou-se o edifício Francisco Sanches, deu-se nova vida ao Convento de São Francisco em Real, intervencionou-se o Museu Dom Diogo de Sousa e o Museu dos Biscainhos! A requalificação das margens da Ribeira de Castro e a Renaturalização do Rio Este Fase um, desmonta aquela mentira contada muitas vezes de que o nosso Município não tem sensibilidade ambiental! A nível desportivo requalificou-se a Piscina da Ponte, o polidesportivo de Esporões e ampliou-se o Pavilhão das Goladas! Existiu também uma renovação do Parque automóvel do Município com aposta clara nos veículos eléctricos! Foi celebrado um Protocolo com o Ministério da Saúde para a

cedência temporária e de utilização e Gestão de nove hectares de terreno que irão ser incluídos no Parque Eco monumental de Sete Fontes! A nível escolar, tivemos a renovação de escolas em Gualtar, Nogueira, Figueiredo e um novo Jardim de Infância também em Gualtar! É pouco para as necessidades, estamos de acordo, mas foi o possível e é por isso que queremos continuar a trabalhar! Somos hoje um Concelho muito mais exportador do que eramos e podemos sempre alegar que a grande responsabilidade para tal feito foi das empresas privadas mas nunca poderemos esquecer a importância que o Município teve como elemento facilitador! A aposta deste município em ser um elemento ligador entre o ensino, a investigação e as empresas é hoje uma realidade e é esse elemento ligador que acaba por transformar Braga numa Cidade atrativa para viver, para estudar para investir! Braga é uma Cidade educadora como provam as políticas de apoio a uma Educação pública eficiente e equitativa, sempre a pensar no bem-estar da criança! O nosso Município preocupa-se também com os mais idosos e com o apoio que muitos deles necessitam à Habitação! Uma das grandes marcas deste Ano de dois mil e vinte e quatro foi a finalização do PDM que permitiu aumentar cerca de vinte a trinta por cento de capacidade construtiva o que poderá auxiliar a criação de novos espaços habitacionais tão importantes para o crescimento da Cidade! A existência de solo disponível para a atração de investimento poderá ser primordial para o crescimento sustentável da nossa urbe! A alocação de cinquenta hectares para a construção de mais um parque Verde no Concelho é uma notícia excelente! E por falar em políticas de sustentabilidade, também foi este ano que se procedeu a um significativo avanço na substituição da iluminação pública por iluminação a LED! Este Executivo apostou na sensibilização da população, dando uma especial atenção às gerações mais jovens, para o impacto que cada individuo pode ter na preservação do ambiente! O concurso público para a elaboração do inventário e

cadastro do arvoredo urbano com o objetivo de prevenir e garantir uma gestão sustentável do arvoredo foi outro dos investimentos deste executivo Municipal! Também se fizeram investimentos no Rio Cávado no sentido de proteger e valorizá-lo! A nível cultural, temos de reconhecer que existe um trabalho efetuado de excelência e afirmamos que Braga é hoje, muito mais dinâmica e muito mais abrangente! Continuou-se a apostar nos projetos de comunidade e na interação entre artistas locais, nacionais e internacionais! Temos também de destacar que dois mil e vinte e quatro marca o fim da SGEB, o que nos regozija! Relativamente às transferências de competências, continua a ser preocupante que o Estado Central não tenha arcado com parte da responsabilidade financeira! Ganhou o Munícipe, é certo, mas saiu do bolso da Autarquia, mais propriamente treze vírgula três milhões de euros! Continuo a afirmar que a criação de uma Área Metropolitana do Minho, com essa delegação de competências de uma forma regional, poderia ser optimizador de recursos e seria certamente mais eficaz na resolução dos problemas locais! A nível de apoios sociais, Braga está mais solidária apoiando o arrendamento ou prestação bancária, no combate à pobreza energética e no apoio à Saúde! O Município descentralizou e transferiu mais dinheiro para as freguesias! Preocupa ao PPM o aumento do Passivo, mas que está devidamente justificado com o aumento das provisões devido a uma ação da Geswater de doze milhões de euros e de um resultado negativo de cinco milhões de euros apurado pela SGEB! O aumento do endividamento também está justificado já que tal se deveu ao financiamento, e bem, para aquisição da SGEB! Relativamente às Empresas Municipais, estão todas de parabéns, conforme já tive oportunidade de referir na passada Assembleia Municipal! O Próximo executivo não terá dívidas na Segurança Social nem empresas endividadas! Temos empresas com uma clara preparação para os desafios futuros e com claras expectativas de

superação dos resultados já alcançados!". Registou-se depois a intervenção do ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES****, para referir que: "Alcança quem não cansa". As sábias palavras de Aquilino Ribeiro, aplicam-se bem ao trabalho que o executivo da Coligação Juntos por Braga tem vindo a fazer na última década, para Construir uma BRAGA Próspera, Inclusiva, Sustentável Vibrante e Reconhecida. Neste momento de prestação de contas, não obstante o muito caminho que já se trilhou, temos a consciência humilde que ainda há muito para fazer. O percurso traçado em dois mil e vinte e quatro, reafirmou a ambição de Braga "Soar a Futuro", mesmo antes da nova marca territorial ser apresentada e de se consolidar como um Município de referência nas mais diversas áreas do desenvolvimento local. Com efeito, a atividade municipal de dois mil e vinte e quatro ficou marcada por cinco eixos distintivos na gestão da autarquia. A CULTURA COMO MOTOR DE TRANSFORMAÇÃO. Em dois mil e vinte e quatro, Braga consolidou o seu lugar na Rede das Cidades Criativas da UNESCO, acolhendo a décima sexta Conferência das Cidades Criativas sob o lema "Bringing youth to the table for the next decade", tragam a juventude para o lugar de decisão. Mais de setecentos participantes de cem países assinaram o Manifesto de Braga, que coloca a Cultura como objetivo autónomo na agenda de desenvolvimento pós-vinte trinta. O quinquagésimo aniversário do vinte e cinco de Abril foi assinalado com uma programação de norte a sul do concelho, envolvendo concertos, espetáculos de dança, oficinas e recriações históricas que emocionaram milhares de bracarenses e fizeram uma justa homenagem a esta data tão relevante para a nossa história. O TURISMO EM CRESCIMENTO E RECONHECIMENTO INTERNACIONAL. A dinâmica turística de Braga no primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro ultrapassou os valores de dois mil e dezanove, com mais de cento e sessenta mil hóspedes (mais quatro vírgula sete por cento) e um aumento de três*

vírgula um por cento nas dormidas face ao período homólogo. Em julho, foram registados trinta e cinco mil cento e setenta e oito hóspedes, representando um crescimento de onze por cento face a dois mil e vinte e três e de oito por cento comparado com dois mil e dezanove. Reconhecendo este esforço, Braga foi distinguida como "Melhor Destino Turístico Emergente do Mundo", o que nos deve, também, orgulhar, não obstante, pelos vistos, normalmente, objeto de crítica com alguma inveja à mistura. A EDUCAÇÃO E A INOVAÇÃO SOCIAL. Enquanto Cidade Educadora desde dois mil e dois, Braga expandiu o Programa Municipal de Enriquecimento Curricular, que envolveu cinco mil novecentos e quarenta e cinco alunos de sessenta e duas escolas no primeiro ciclo em dois mil e vinte e quatro. Aumentaram-se os apoios às famílias na Ação de Animação e Apoio à Família (AAAF), elevando a comparticipação mensal por criança para trinta e cinco vírgula noventa e nove euros. Foi mantido o Voucher-Educação para seis mil cento e trinta e dois alunos do primeiro ciclo, num investimento de cerca de duzentos e sessenta e dois mil euros. Investiu-se ainda na inclusão e na aprendizagem ao longo da vida: o Centro Qualifica acompanhou cerca de novecentos candidatos em processos de RVCC, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e promoveu mais de mil e trezentas horas de formação. DIGITALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA. O SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem – tornou-se o canal privilegiado de interação entre famílias, escolas e Município, permitindo pagamentos seguros, gestão de refeições e simplificação de processos. Esta plataforma é um exemplo de como a tecnologia pode aproximar serviços e melhorar a experiência dos munícipes. DESAFIOS ULTRAPASSADOS E PERSPETIVAS FUTURAS. Em dois mil e vinte e quatro, superou-se o desafio da transferência de competências em educação, interiorizando com sucesso a gestão de refeições, transporte escolar e

recursos humanos. Na cultura, enfrentou-se com sucesso a logística de um calendário intenso de eventos, mantendo sempre a qualidade e a inclusão. No turismo, houve capacidade de adaptação a novos padrões de procura, garantindo segurança e hospitalidade. O percurso de dois mil e vinte e quatro preparou o presente ano, em que Braga é Capital Portuguesa da Cultura e Capital Europeia da Inovação. É preciso continuar este caminho de ambição, de criatividade e de solidariedade. Em termos do Relatório de Gestão e Contas de dois mil e vinte e quatro, o documento em apreciação testemunha a solidez financeira e o rigor orçamental com que a Câmara Municipal de Braga tem pautado a sua ação. Ao nível do Orçamento e Execução, no ano que agora finda, o orçamento consolidado fixou-se em duzentos e dezoito vírgula oito milhões de euros, tanto em receitas como em despesas. Deste, cobraram-se cento e oitenta e seis milhões de receitas, correspondendo a uma execução de oitenta e cinco por cento, enquanto as despesas pagas totalizaram cento e oitenta e cinco vírgula quatro milhões, atingindo oitenta e quatro vírgula sete por cento de execução. Estes indicadores confirmam um elevado grau de concretização dos compromissos assumidos pela Câmara em termos orçamentais. Resultados Orçamentais. O saldo orçamental encerrou com um superavit zero vírgula sessenta e três milhões, resultado de receitas e despesas muito próximas em magnitude. A tesouraria apresenta um saldo positivo de quatro vírgula quarenta e quatro milhões de euros após operações de gestão de caixa. Mantemos, assim, um colchão de liquidez confortável, que assegura a normalidade do funcionamento municipal e a capacidade de resposta a compromissos futuros. Composição das Receitas. Receita Corrente: cento e quarenta e cinco vírgula sete milhões cobrados, correspondendo a noventa e sete vírgula três por cento de execução, reflexo de uma forte captação de impostos diretos e de transferências correntes, muito em linha com aquilo que é o dinamismo empresarial e económico

da cidade. Receita de Capital: trinta e nove vírgula nove milhões cobrados, com cinquenta e oito vírgula um por cento de execução. Este valor ficou condicionado pela materialização parcial de fundos comunitários e transferências de capital, evidenciando uma área de melhoria para o próximo ano, nomeadamente com a execução de vários projetos financiados. Composição das Despesas. A despesa total de cento e oitenta e cinco vírgula quatro milhões divide-se entre: Despesa Corrente (setenta e dois por cento): sobretudo custos com pessoal (vinte e sete vírgula seis por cento) e bens e serviços (vinte e um vírgula um por cento). Despesa de Capital (vinte e oito por cento): investimentos em infraestruturas e equipamentos, representando doze vírgula três por cento do total, e em aquisições financeiras e amortizações. Aqui gostava de salientar o seguinte: há pouco foi dito, com preocupação do Deputado da Iniciativa Liberal, que o endividamento para investimento, o deixou preocupado. Ora, se há bom endividamento é precisamente o endividamento para investimento, porque é aí que nós podemos ter retorno desse mesmo investimento. E, portanto, quando fazemos endividamento para investimento, estamos normalmente a gerar ganhos e retornos futuros, o que é, desde logo, uma boa prática de gestão orçamental e financeira. Em termos de despesa registou-se uma execução de oitenta e sete vírgula quatro por cento na despesa corrente e de setenta e oito vírgula cinco por cento na despesa de capital, resultado que reflete a forte dinâmica de investimento conjugada com o controlo rigoroso dos custos operacionais. Posição Patrimonial. Comparando trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro com o ano anterior, o ativo líquido ascendeu a novecentos e catorze vírgula seis milhões de euros (mais dois por cento), enquanto o passivo total cresceu para cento e quarenta e cinco vírgula seis milhões. O património líquido situa-se em setecentos e sessenta e nove milhões, ligeiramente penalizado pela constituição de provisões. O património de todos os munícipes está,

neste momento, mais favorecido, apenas foi ligeiramente penalizado pela constituição de provisões. O resultado líquido do período foi negativo em vinte e três vírgula quatro milhões, espelhando, em parte, o reforço das políticas de internalização de competências e investimento estratégico, que daqui a pouco falarei, nomeadamente em termos do processo da SGEB. Movimentos de Tesouraria. As entradas de tesouraria totalizaram cento e oitenta e seis vírgula sete milhões e as saídas cento e oitenta e seis vírgula setenta e quatro milhões, com um saldo transitado de cinco vírgula cento e vinte e oito milhões em dois mil e vinte e três e cinco mil vírgula sessenta e sete milhões a transitar para dois mil e vinte e cinco. Esta diferença marginal demonstra o compromisso de equilibrar rigorosamente cada cêntimo e de não comprometer a estabilidade financeira futura. O exercício de dois mil e vinte e quatro, em conclusão, reflete uma gestão orçamental robusta, com elevado grau de execução e uma postura prudente face aos riscos financeiros. Apesar do resultado líquido negativo (vinte e três vírgula quatro milhões de euros), fruto de investimentos (processo relativo à internalização da SGEB – quinze milhões de euros) e provisões extraorçamentais (processo judicial em curso com a empresa GESWATER – sete vírgula cinco milhões de euros), foi preservada a capacidade de ação e reforçado o património municipal. Agora é Tempo de "Soar a Futuro" com nova Ambição. A Visão de "Construir uma Braga Próspera, Inclusiva, Sustentável, Vibrante e Reconhecida", foi o que nos trouxe até aqui. Agora, o tempo é de Projetar o Futuro com nova ambição para ganhar o desenvolvimento de todo o Concelho, tendo em vista o firme propósito de: Continuar a Afirmar Braga como Capital de Cultura; Inovar e Reforçar as Respostas Sociais e Educativas; Liderar nas Políticas de Sustentabilidade; Promover a Comunidade Ativa e Saudável e um Concelho Resiliente; Melhorar a Rede de Acessibilidades Rodoviárias e Qualificar o Espaço Público; Reforçar as

Políticas de Apoio à Habitação. Assim se poderá continuar a construir uma Braga de Tradição e Inovação, que honra o passado, mas avança com os olhos postos no Futuro. Um Futuro que precisa de ser contruído com o empenho de Todos: associações, entidades, empresas, escolas, artistas, técnicos e, acima de tudo, de cada pessoa, de cada bracarense. O desafio é prosseguir esta caminhada, participando ativamente nas decisões, nos projetos e na vida comunitária. Só assim se pode garantir que Braga continue a "Soar a Futuro", um futuro que construímos hoje, mas sempre Juntos, por Braga! O Grupo Municipal do CDS reconhece o elevado mérito da gestão municipal no ano de dois mil e vinte e quatro e expressa uma palavra de louvor a todos quantos contribuíram para os resultados alcançados. Por esse motivo, irá votar favoravelmente o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Braga relativo a dois mil e vinte e quatro". Passou a usar da palavra o ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para dizer que: "Eu não me vou pronunciar sobre as contas, não sou técnico. Já vieram aqui técnicos pronunciar-se sobre os resultados, até contradizendo-se em algumas coisas. Agora, eu ponho-me no lugar dos munícipes, nomeadamente dos que estiveram aqui no início destes trabalhos e ouvindo esta campanha eleitoral, que já dura há quase uma hora, eu não sei se estou na mesma cidade deles. Acho que não estou. Eu acho que não estou na cidade deles. Eles têm ruas esburacadas, que não os deixam dormir, que não podem descansar para ir para o trabalho. Os outros têm uma ribeira que passa debaixo do espaço verde e vão-lhes construir um ginásio, que não é um equipamento desportivo, é uma empresa, em cima da ribeira que é de todos nós e que é uma ribeira que o Senhor Vereador, já não está aqui, mas se ele se der ao trabalho de ir ver os mapas, nomeadamente os mapas militares, ele vê que a ribeira está lá. Esteja onde estiver, está lá. Quer dizer, o Rio Este, por lhe terem posto cimento de um lado e de outro,*

deixou de ser o Rio Oeste. Oh, Senhor Deputado, não vamos enganar ninguém. A questão é esta, há uma cidade para os deputados da maioria, e há outra cidade para os bracarenses. Há outra cidade para os bracarenses que não conseguem circular no seu concelho. E esta maioria já tem quase doze anos de mandato. O problema é que, de facto, vocês não conseguem olhar para baixo. Olham para os números, mas os números nem sempre satisfazem as necessidades das pessoas. O problema é esse. Vocês regem-se por engenharias e as pessoas nem todas são engenheiras. A maior parte não o é. Quando os Senhores, por exemplo, se regozijam com o fim da SGEB, é um jogo de xadrez e nem toda a gente sabe jogar xadrez, porque os Senhores, ao mesmo tempo que defendem a extinção da SGEB, querem a parceria público-privada no hospital. É mais rentável, é evidente. Mas qual é a diferença? Qual é a diferença entre uma parceria público-privada para o desporto e uma parceria público-privada para a saúde? É que a da saúde, infelizmente, dá muito mais dinheiro, porque o povo pode não ir à bola, mas tem que ir ao médico. E o problema é esse e a diferença é só essa. E, portanto, isto é um jogo de xadrez ou de monopólio, chamem-lhe o que quiserem. E não vão ter sempre refúgio, por isso é que a campanha eleitoral que os Senhores Deputados fizeram desde o início desta sessão, não vai resultar, porque de facto, as pessoas sabem que há dinheiro para alcatroar a Rampa da Falperra. Há dinheiro para subsidiar as empresas, nomeadamente as de turismo. Há dinheiro para tudo isso, mas, de facto, dinheiro para fazer aquilo que é preciso ser feito, não há. E não se ouve as pessoas, ao contrário daquilo que se diz aqui. Porque aqui, a certa altura, diz-se, deixe-me ver se eu consigo encontrar isso, mas tem umas letras pequeninas para ultrapassar o passado, por isso puseram em letras pequeninas, mas o passado vai estar sempre, para o ano, se tivermos o azar de ter a mesma maioria, espero bem que não, os Senhores vão ver, que se não houver guerra na Ucrânia, nem crises

internacionais… Oh Senhor Deputado, eu posso ser muito indisciplinado, mas deixem-me falar, o problema é que vocês não me deixam falar. Para o ano, se não houver guerra na Ucrânia, nem outras crises internacionais, embora o Trump continue lá, eu estou-vos a ver a invocar o apagão. Vão dizer que tudo correu mal porque houve um apagão, porque os fantasmas vão-se embora, os fantasmas não vão ficar nos armários eternamente. Os Senhores, agora, no último mandato, continuam a invocar os fantasmas. O grande título deste documento, que tem centenas de páginas, é vencer os constrangimentos do presente, e estes constrangimentos são os fantasmas. Porque a autarquia, aliás, os Senhores Deputados deram as contas da execução na receita, que foi de noventa e tal por cento, o município tem que saber viver, numa primeira fase, com aquilo que produz. Há municípios que recebem menos dinheiro e fazem mais obra. E de facto, aqui não é. Eu já não peço grandes obras, eu já falo nas obras que os cidadãos todos os dias necessitam, do buraco no passeio. Quanto ao reforçar os alicerces da cidade feliz do futuro, só há uma maneira de o fazer, e nem é preciso dinheiro, é uma das metas que vocês também põem aqui, é ouvir os cidadãos e isso não ouvem. Ou seja, sempre que os cidadãos trouxeram alguma questão, algum problema aqui, nunca nenhum foi resolvido, que eu tenha conhecimento, a contento dos cidadãos. É sempre a contento de entidades terceiras que não têm nada a ver com os cidadãos de Braga. Nada, nada, nada, zero, nada, zero. E a verdade, é essa. Vocês têm números, têm muitos cálculos, mas estão desfasados da realidade e dos cidadãos de Braga. Essa é que é a questão". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para dizer que: " foi música para os meus ouvidos ouvir o Carlos Neves dizer que endividarmo-nos para o investimento, é um bom endividamento. Como eu gostei de ouvir isso, Carlos Neves.*

Para que é que os bracarenses pagam impostos? Os bracarenses pagam impostos para ter melhores serviços municipais, para ter melhor qualidade de vida que o espaço urbano pode proporcionar e para construir os equipamentos a que os bracarenses têm direito. Para isso, a Câmara Municipal passou dos dois mil duzentos e sessenta e sete funcionários para dois mil trezentos e oitenta e sete funcionários, num crescimento de cerca de cinco vírgula três por cento. Se juntarmos a isto os cerca de também mil e duzentos ou mil e trezentos funcionários das outras empresas municipais, que também prestam serviço à população, serviços imprescindíveis, teremos à volta de três mil e setecentos funcionários a trabalhar para o bem estar, para a comodidade dos bracarenses. Mas, infelizmente, e ao contrário do muito que foi aqui afirmado, não é totalmente como foi aqui dito. Este relatório mostra-nos efetivamente isso. E mostra-nos como? Através de indicadores e através de taxas de execução. E vamos começar. A receita teve uma execução de oitenta e cinco por cento, cifrando-se em cento e oitenta e seis milhões de euros e a despesa teve uma taxa de execução muito parecida, oitenta e quatro vírgula sete, numa execução de cento e oitenta e cinco mil vírgula cinco milhões de euros. O que é que daqui ressalta? Ressalta que nós tivemos, em termos de receitas correntes, uma despesa de cento e trinta e três milhões de euros e uma despesa de capital de cinquenta e dois milhões de euros. E isto é muito importante frisarmos estes dois aspetos, porque há aqui, e é a única coisa de positivo que eu vejo e que não vi ninguém daqui da coligação frisar, é que entre a receita de cento e quarenta e cinco milhões de euros de receita corrente e a receita de capital que foi de cerca de quarenta milhões, o que é que esta Câmara fez, e bem? Transferiu cerca de onze milhões de euros daquilo que foi a receita corrente para as despesas de capital. E, portanto, isso é uma engenharia financeira que o Partido Socialista, aqui atento naturalmente aos números, regista e que também nós usávamos no passado,

também fazíamos isso, fazíamos alguma poupança mais do que é feita agora na receita corrente, para a ir verter naquela que ia ser a despesa de capital, porque essa é que é a despesa boa. Ora, a receita corrente que a Câmara tem, cresceu bastante, cresceu trinta e dois vírgula oito milhões de euros e assentou, sobretudo, no aumento da derrama, que subiu a um vírgula seis milhões de euros; no IMI, que subiu também zero vírgula cinco milhões euros e no IMT que subiu zero vírgula um milhões de euros ou cem mil euros, como queiramos. Mas depois, em termos das receitas, elas incidiram sobretudo nas receitas que têm a ver com os impostos diretos que todos conhecemos e também naquilo que foram as transferências do Estado. Nos impostos diretos totalizaram sessenta e três milhões de euros e nas transferências do Estado sessenta e seis milhões de euros. Nos dos impostos diretos também o que é que aumentou? Aumentou também a transferência do Estado em mais seis vírgula dois milhões de euros. Portanto, isto serão os números que este relatório apresenta que naturalmente, vão agora desencadear aquilo que eu aqui e o Partido Socialista queríamos dizer. É que a este número significativo de cobrança e de execução no valor de cento e oitenta e seis, cento e oitenta e cinco e meio, nem tudo aconteceu de forma positiva. E vejamos, a aquisição de bens de investimento que estava previsto que fosse de trinta e quatro vírgula cinco milhões de euros, foi apenas de vinte e três milhões de euros. E, portanto, isso tem um significado, sinal de que efetivamente houve aqui um investimento que não se registou, e tendo apenas uma execução de sessenta e cinco vírgula cinco por cento. Vieram aqui também falar nas freguesias e as freguesias tiveram uma transferência, e agora dizer ao Carlos Vaz, no âmbito daquilo que são a delegação de competências, os acordos de execução ao abrigo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze. Não foi esta Câmara, é a lei que obriga a isso. Porque ao mesmo tempo, as Juntas de Freguesia também executam um conjunto de serviços que até aqui eram executados pela

Câmara. E é natural, e a lei a isso obriga agora, que se faça a transferência. Não foi a Câmara que deu de bom grado. Ao contrário, antes de dois mil e treze, era a própria Câmara que fazia essa transferência, sem que as Juntas assumissem muitas vezes competências para o efeito, mas para ajudar nas suas finanças. E, portanto, temos que ser corretos nesta apreciação. O que é que também vemos nisto? Temos os indicadores económico-financeiros que também nos dizem da realidade. Por exemplo, o investimento "per capita" sobre a população de Braga desceu de cento e trinta e três euros "per capita" para cento e treze, sinal de desinvestimento. Também aquela que foi a receita prevista e aquela receita que foi cobrada, orçada e a cobrada, desceu de oitenta e nove para oitenta e cinco do ano passado para este. Como a despesa, também passou de oitenta e nove para oitenta e cinco. E também aquilo que é o investimento executado para aquele que era o investimento previsto, desceu de oitenta e dois por cento para sessenta e seis por cento. Portanto, quando dizem, como diz o Carlos Neves, que é vibrante, pujante, é verdade, sobretudo ao nível da comunicação. E aí tenho que tirar o chapéu ao Senhor Presidente da Câmara. É um excelente comunicador que naturalmente o faz, com mestria e todos nós assistimos, durante estes anos todos, a que efetivamente uma obra era anunciada, reanunciada, durante uma série de tempo. E algumas delas era como a parábola do semeador caíam em terreno pedregoso e nunca mais se ouvia falar dela. Ainda há um bocado eu falei, na pergunta que fiz ao Senhor Presidente, que nem sequer consta no PPI da Câmara Municipal de Braga, aquela zona de lazer a norte da Universidade do Minho. Tem apenas para o campo de futebol previstos trezentos mil euros para uma obra que custará quase três milhões de euros. E, portanto, de anúncio em anúncio, e aí nós vamos também sendo, enfim, não direi enganados, mas vamos vendo as expetativas, por um lado aumentadas, mas depois acabando por ser goradas. É evidente que este executivo alguma coisa

teve que fazer, e o dinheiro teve que ser gasto naturalmente e, portanto, tem de se fazer jus também a algumas coisas, porque mal seria, não seria sério, da parte do Partido Socialista, de reconhecer que alguma coisa foi feita. Mas, infelizmente, e retirando algumas das obras que estão anunciadas, a recuperação do Convento de São Francisco, a Francisco Sanches, a requalificação, a manutenção que estava a tardar do túnel e outras obras, a verdade é que o que nos aparece aqui são exemplos de pequenos desafios, pequenos desafios nas acessibilidades, com todo o respeito, o largo de uma freguesia, os caminhos vicinais, a requalificação de uma via muitas vezes secundária, é um pequeno desafio importante, sim, mas um pequeno desafio, porque os grandes desafios, o nó de Infias está esquecido. A variante do Cávado está esquecida. A Câmara Municipal não fez uma obra de arte para resolver os graves constrangimentos que esta cidade tem ao nível da mobilidade. E depois podemos passar também a outros setores, as questões de natureza social, é evidente, ao nível sócio educativo há um diálogo e ainda há bocado aprovámos aqui, e bem, um louvor à própria Vereadora, mas a verdade é que nós temos um School Bus que foi há bocado elogiado e que se forem a fazer as contas, eu já fiz essas contas com os Transportes Urbanos de Braga, e o que se paga é uma enormidade. O School Bus não serve os alunos, tem que ser repensado, é ver o número de alunos que foram transportados durante o ano letivo e dividam por duzentos e vinte e sete mil euros e vão ver quanto é que ficou o transporte de cada aluno. Não quero com isto dizer que os alunos não tenham direito, mas o que é preciso é que nós tenhamos sustentabilidade no sistema, nomeadamente no transporte. E, portanto, dizer que há coisas que foram bem feitas, mas há outras que é preciso repensar. Por exemplo, a questão, como aqui foi dito, qualificar as acessibilidades. As acessibilidades, não foi feito praticamente nenhuma acessibilidade. O que foi feito e que todos nós nos admirámos, como já aqui foi dito,

e que nós temos as vias em péssimas condições. E não se esqueçam que passados sessenta e seis milhões de IUC, durante os últimos onze, doze anos e não direi que o IUC será consignado para a reparação de vias, mas a verdade é que o próprio nome diz tudo, Imposto Único de Circulação. Quando isto veio para a esfera dos municípios, a expetativa dos condutores e dos proprietários de automóveis é que efetivamente fossem melhoradas as vias, e nós não vemos isso. Reforçar a segurança. O que é que nos aparece como exemplo de reforçar a segurança? Não são as passadeiras inteligentes. Nada disso. Aparece-nos o "Eu já passo aqui". Ora, isso é um pequeno desafio importante, sim, mas é um pequeno desafio. E este é um executivo de pequenos desafios, que não vão além de um PDM que já deveria estar executado, que já deveria estar a favorecer a construção da habitação, mas que continua a suspendê-la, e não sei se será durante este mandato que iremos ver essa questão resolvida. Deixem-me falar de uma outra questão que tem a ver com a sustentabilidade ambiental. Os projetos dos grandes parques foram esquecidos, mesmo até aquilo que era uma intenção desta câmara aumentar o número de bosques urbanos, e havia um espaço para ser um bosque urbano na zona mais poluída de Braga, numa zona onde a mobilidade é complicada e onde, por um erro enorme desta Câmara, está a ser construído um ginásio, o famoso Supera, um erro clamoroso onde poderia ser construído um bosque, está a ser feito um ginásio que poderia ser feito em qualquer outro sítio, mas num sítio onde a mobilidade é complicada, onde a poluição é enorme a aposta, foi uma aposta errada. E, portanto, quero dizer aqui que a Ribeira de São Vítor existia. Eu estive lá numa ama, quando os meus pais eram chapeleiros, numa fábrica em frente à Confiança, e eu caí a esse ribeiro, lembraram-me os meus pais. Portanto, o ribeiro existia. Não eram águas pluviais, Não. Digo isto com todo o à-vontade, não eram. Quem conhece a Estrada Velha, como eu conheci depois, enquanto jovem, toda a gente sabe que havia aquela

ribeira. Não me venham com a história das águas pluviais. Aliás, o famigerado parecer da APA parece que não aparece, há-de um dia aparecer. Eu só trouxe isto aqui para que não andemos a enganar-mo- nos uns aos outros com pareceres e com outras situações. E, portanto, há um falhanço absoluto. Um ou outro falhanço, ao contrário, como aqui foi referido, que esta cidade é amiga das crianças, também é nalguns aspetos, mas descurou o mais importante, quando havia a possibilidade de as IPSS poderem candidatar-se no âmbito do PRR àquilo que seriam equipamentos sociais, berçários, creches, lares, o que é que aconteceu? Esta Câmara não criou um gabinete de apoio à candidatura, não criou um gabinete de apoio ao projeto, como fizeram outros municípios, nem sequer criou uma via verde para facilitar todos aqueles que, de forma autónoma, quiseram participar neste processo, descuraram aquilo que é uma das maiores necessidades deste município, que são os berçários e as creches. Refiro-me a outra grande aposta e nem sequer falando sob o ponto de vista ambiental, naquilo que é o fracasso desta gestão municipal, que são as Sete Fontes. Não vale a pena falar nisso, porque hoje em dia as pessoas já se conformaram que o parque das Sete Fontes é uma miragem, mais do que uma realidade. Será uma realidade daqui a alguns tempos. Mas, por outro lado, nós temos também que encarar, e eu que defendi o BRT, eu próprio criei uma solução há um ano que foi adotada pela Universidade do Minho, que eu na brincadeira, já o disse, que é a solução João Nogueira, que é na Linha Vermelha, já que foi proibido pela Universidade do Minho a passagem pelo interior e também no interesse de Gualtar, Senhor Presidente, sugeri na altura, há um ano, na apresentação na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, que ela fosse pela antiga Estrada Nacional cento e três, entrasse na Municipal quinhentos e noventa e à beira do serviço administrativo, virasse para o hospital. É essa a solução que o hospital quer impor e isso vai servir, sim, também a população de Gualtar. Mas a verdade

é que nós temos um BRT coxo e tem que ser repensado, sinceramente. Não sei se valerá a pena avançar com uma linha, porque nós conhecemos a história, se fizermos a linha vermelha, ela não vai executar aquilo que era a intenção e, portanto, vai ser sempre uma situação que é coxa e ao ser coxa não vai servir aquilo que era o projeto mais amplo, que tinha mais as outras três linhas, a amarela no imediato e as outras duas a seguir. E, portanto, nós temos uma situação que efetivamente não corresponde ao brilhantismo das intervenções muito coloridas que aqui vieram trazer alguns partidos, que eu respeito naturalmente por via disso. Mas deixe-me dizer, Senhor Presidente, uma outra preocupação, e aos Senhores membros da Assembleia e quem nos ouve, é a questão do endividamento. Andaram a massacrar o Partido Socialista com o endividamento e preparam-se para que no final deste mandato, o endividamento esteja superior àquele que foi herdado por eles, e sem nenhum problema em dois mil e treze. De quarenta e quatro milhões de euros em dois mil e vinte e três, passou para cento e catorze vírgula cinco milhões em dois mil e vinte e quatro. E se nós pensarmos que com a dívida que a Câmara tem para com a AGERE, se nós pensarmos naquilo que vai ter que ser o financiamento autónomo para muitos dos projetos do quadro vinte trinta e para outras questões que estão aí a aparecer, sinceramente, o limite de endividamento que anda a rondar os duzentos milhões de euros, cento e noventa e nove e novecentos e tal, muito rapidamente será atingido e teremos uma grande dívida. E o Partido Socialista não virá aqui, a partir de outubro, queixar-se dos esqueletos laranja que foram deixados nos armários. Não. Vamos deixar de olhar para o retrovisor e vamos olhar em frente. Mas é bom que os bracarenses saibam que há um endividamento que é preocupante e que também nos deve preocupar a todos. E, portanto, alguma coisa foi feita, mas foram pequenos desafios. Esta cidade não se mexe. Esta cidade não aumentou os seus espaços verdes. Esta cidade não cuidou

dos equipamentos sociais. Esta cidade tem errado nalgumas soluções, e por teimosia é que por exemplos como o Supera continuam a ser construídos, como o Pavilhão das Goladas e outros. O Pavilhão das Goladas teria custado muito menos se fosse construído noutro lado e os moradores daquele local seriam mais defendidos. E, portanto, é nesta trajetória de pequenos desafios. É nesta trajetória de uma gestão errada que efetivamente o Partido Socialista irá votar contra, reconhecendo naturalmente que pequenos desafios foram vencidos, mas que a comunicação do Senhor Presidente, e aí, eu refiro outra vez, foi exemplar e conseguiu com que muitos de nós, eu não, mas muitos bracarenses, tivessem expetativas que hoje vêem goradas e, agora, cerca de mil e seiscentos milhões de euros passados, nós temos as ruas todas esburacadas, temos uma iluminação deficiente, conforme nos disseram os alunos da Assembleia Municipal Jovem. Nós temos o espaço público que não é apresentável e, portanto, há muitas questões que hoje precisam de ser tratadas e, por isso, o Partido Socialista quer, junto dos bracarenses, renovar a esperança, porque a partir de outubro, os bracarenses serão respeitados e aquilo que acontece hoje em dia, em muitos serviços municipais, será alterado, porque esta Câmara, em muitos aspetos, também parou. Por isso, o Partido Socialista, irá votar contra este relatório, porque discorda não só das opções, mas também da sua própria execução". A este propósito interveio depois o ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para destacar que: "eu acho que já muito aqui se disse e, de facto, estas intervenções que temos tido hoje, vou concordar ali com o Deputado António Lima, tem sido um contínuo de campanha eleitoral. Onde eu vou discordar é de onde é que vem essa campanha eleitoral. Porque eu estou perfeitamente à vontade, e não tenho nada contra isso que os partidos que apoiam esta maioria façam campanha eleitoral. Até lhe digo mais, espero que o façam, porque têm tantas razões para o fazer e tantos*

bons argumentos para o fazer, que eu espero que o façam e que o façam repetidas vezes. Eu tento fazê-lo, sempre que cá venho, até porque nós não fazemos política para nós, porque senão estávamos em casa. Fazemos política como o Senhor Deputado ainda há pouco fez, para todos, para que se passe uma mensagem lá para fora. Se isso é campanha eleitoral pura e dura, talvez não seja, mas eu acho que a vida dos políticos, mesmo dos que aqui estão, não se compadece com outra coisa que não seja fazer campanha eleitoral permanente e tentar convencer as pessoas de que aquilo que estamos a fazer, porque se nós não somos os primeiros a convencer-nos disso, estamos muito mal, mas convencer as pessoas de que aquilo que estamos a fazer, ou o que queremos fazer ou desejamos fazer, é o melhor para as populações. Mas campanha eleitoral, vão-me permitir dizê-lo, foi o que nós já ouvimos aqui, quer por parte da CDU, que eu percebo, de resto, com o candidato à Câmara Municipal e, portanto, já temos anotado isso sem nenhuma acrimónia, acho que é normal, vem cá nos últimos tempos, com um discurso, com uma postura já mais de candidato do que de membro da Assembleia Municipal como o conhecemos no passado. As vestes de candidato não lhe ficam mal, desejo-lhe a maior das sortes, até porque a sorte da CDU será seguramente menos sorte para o campo político da esquerda, porque dificilmente haverá transferência de votos entre os nossos campos políticos e o da CDU. Mas isso é o que menos conta. Acho é que é importante responder-lhe à pergunta o que é que os cidadãos querem, que veio cá colocar? Passando um bocadinho por cima das contas, e eu percebo, eu faço isso muitas vezes, de resto, confesso aqui, porque mastigar contas, para além de ser um exercício difícil e, se calhar, um pouco maçador, sendo ainda assim uma tarefa que nós temos que levar a cabo com alguma ponderação e cuidado, porque se não chegamos ao ponto em que estamos em dois mil e treze, que é o facto de não termos tanto cuidado assim com as contas e mesmo com membros da Assembleia

Municipal, temos que ter essa preocupação, mas diria que, relativamente à sua pergunta, o que é que querem os cidadãos bracarenses? Bom, pelos vistos querem esta maioria, desde logo, porque votaram nela e querem esta maioria repetidamente porque repetidamente votaram nela. Eu não gosto sequer deste argumento que acabei de aduzir. Acho que ele é importante e de quatro em quatro anos, logo veremos. De resto, lembro-me bem quando o engenheiro Mesquita Machado e os seus correligionários do PS nos atiravam à cara, repetidamente, as maiorias sucessivas que tinham e como isso lhes dava razão. Ora, eu acho que isso não dá razão a ninguém. O voto não dá a razão. Depois, o que nós fazemos dá-nos razão relativamente à confiança que os eleitores depositaram em nós, e isso, claro, também é refletido na repetição dessa confiança através do voto nas eleições sucessivas. Mas, não querendo os cidadãos de Braga a CDU, como não parecem querer, ou não ter querido, até aqui a sorte de querer o Bloco de Esquerda, mas apenas o azar de querer esta maioria, pelo menos nos últimos anos, é importante que se perceba porquê. E eu acho que é isso que, digo com humildade, mas também com algum regozijo, se calhar, a oposição ainda não percebeu, porque muitos dos problemas que aqui elencaram, nós próprios, refletindo criticamente sobre eles, percebemos. Nós percebemos, por exemplo, que este município é vítima do seu próprio sucesso. Ou seja, nós olhamos para os números de crescimento da população e nós vemos o que é que aconteceu nos últimos dez anos. Nenhuma capital de distrito do país cresceu, como cresceu Braga, e não se tem este tipo de crescimento, sem as dores que estão associadas a esse mesmo crescimento. Nós estamos a pagar, em muitos casos, uma falta de planeamento ou de perspetiva de sucesso da própria cidade, que obviamente herdamos. Estamos nós na pura e descansada missão de olhar para o passado e dizer: bom, o PS não pensou nisto, julgou que ia ter aqui esse pequeno burgo, aquela capela mais ensombrada de que

Braga não saía, que não tinha dimensão internacional. Agora, rimo-nos todos com uma facilidade tremenda sobre os brocardos em inglês que aqui vão sendo dispensados, e achamos extraordinário, e até já entra para o anedotário, pelos vistos, dos Senhores Deputados, que haja muitas distinções internacionais que vão sendo atribuídas, quer à cidade, quer aos membros do Executivo. Mas nunca entrou nesse anedotário, esses mesmos brocardos em inglês e em estrangeiro, usando ali a expressão do Bloco de Esquerda há pouco para o capital, nunca entraram justamente nessa lista, porque Braga não saía do seu pequeno burgo. O que o que custa muitas vezes mais à oposição do que elencar e rir-se dessas distinções sucessivas que são feitas do ponto de vista internacional, não é tanto o facto de elas serem ou não serem verdadeiras, é que pela primeira vez houve um partido e uma maioria que colocaram Braga fora desse espectro de escuridão. Nós não tivemos medo e, de resto, tivemos um grande sucesso em colocar Braga fora dos limites das suas fronteiras. Percebemos o potencial da cidade, temos percebido esse mesmo potencial e temos feito com que esse potencial se concretize. E é isso que custa tanto. E nós percebemos essa incapacidade de reconhecer esses sucessos e essas, como dizia há pouco o Deputado João Nogueira, esses pequenos desafios que nós vamos ultrapassando, parecem-vos pouco, mas só vos parecem pouco, porque a dimensão e, se calhar, até de forma contraditória, a dimensão dos limites das dificuldades dos cidadãos bracarenses também se vão resolvendo com estas distinções. Quando falamos de distinções no âmbito do ambiente, no âmbito da inclusão, no âmbito da boa gestão autárquica, isto significa o quê? Significa que damos uma medalha à Câmara Municipal por existir? Não. A distinção implica políticas, implica avaliações e implica, depois das avaliações, essa atribuição. Podemos gostar de umas, podemos não gostar de outras. O que é facto é que, na grande maioria dessas distinções, o que temos é justamente o reconhecimento do

sucesso dessas políticas. Nós estamos fartos de aqui dizer, porque temos essa capacidade crítica que não, que não está tudo bem. Há coisas para melhorar. Há coisas que decorrem, como eu disse há pouco, das dificuldades do próprio crescimento e do sucesso da cidade, e há que saber, obviamente, dar-lhes seguimento e fazer com que essas dificuldades se transformem em oportunidades. É claro que depois ouvimos aqui coisas que nos deixam um pouco constrangidos. Por parte do Bloco de Esquerda, diz que há uma cidade da maioria e há outra dos cidadãos, o que não se percebe, desde logo, pela expressão eleitoral a que já aludimos, mas não se percebe, sobretudo porque, relativamente aos casos que aqui elencou, por exemplo, relativamente à dificuldade suposta de tapar buracos, simplificando. Esta Câmara Municipal tem um acordo quadro no valor de quinze milhões de euros e temos visto todos os dias essas obras de reparação das estradas. E atenção, é mais uma das dificuldades que nós temos, e que obviamente tem de ser exercida por parte da Câmara Municipal, é gerir e cuidar dessas mesmas estradas, que são cada vez mais, que são cada vez mais em maior extensão e de cada vez maior dificuldade de reparação. Mas isso tem sido feito. E não se esqueçam, que muitas dessas obras foram realizadas com recurso a fundos comunitários e não há fundos comunitários para as reparações. E, hoje em dia, é a Câmara Municipal, com base no seu orçamento que lhes tem de dar resposta. Depois, é importante que se diga também que no quadro dos pequenos desafios que aqui foram trazidos, a Câmara Municipal superou muitos desses pequenos desafios e, em muitos desses pequenos desafios, concretizou grandes obras. Ainda há pouco falamos aqui da requalificação do túnel da Avenida. Eu não sei como é que isso é um pequeno desafio. Uma obra que era dada durante a gestão do engenheiro Mesquita Machado, quantas vezes não ouvimos o maior túnel da Europa, agora o maior túnel da Europa, que estava em condições lastimosos e que felizmente houve, é verdade,

falta de manutenção, é verdade, não houve manutenção, e éramos nós também que não tínhamos as saídas de emergência, cuidadas, enfim, não vale a pena. Mas é importante também dizer isto, o que é que esta maioria fez junto dessas pequenas, desses pequenos desafios e o que é que foi capaz de concretizar e, muitas vezes, não é aqui reconhecido. Quando falamos na requalificação dos bairros sociais. Isto também é pouco, diz pouco às pessoas? A dignificação da sua habitação é pouco? Acham que é algo perfeitamente normal, é um pequeno desafio? Eu julgo que é mais qualquer coisa do que isso, e eu julgo que isso diz muito, e diz muito, sobretudo, a uma base de apoio que até o Partido Socialista devia estimar mais, e portanto, dizer que isto é um pequeno desafio, parece-me, claramente, curto. Depois, também não me parece avisado, falar em obras que não saem do papel. Não quero voltar a esse tempo, mas tenho que voltar. Enfim, não consigo. Quer dizer, nós estamos perante um Partido Socialista que nos deixou coisas fantásticas, uma piscina olímpica concretizada. Posso parar já aqui. Posso, porque a obra parou lá. A obra parou de tal maneira, que teve que ser um privado a cuidar dela e a transformar em algo de útil, depois de serem lá despejados milhões de euros. E, portanto, é importante que nós digamos que, de uma maneira ou de outra, estes pequenos desafios transformados em dívida do município, transformados em heranças pesadas, foram sendo concretizados e ultrapassados. E eu julgo que isso não é assim tão pouco. E, portanto, vamos ter alguma moderação. Nós ouvimos aqui também o Deputado João Nogueira dizer relativamente, por exemplo, aos tais pequenos desafios, referiu-se ao projeto do School Bus, e disse que era muito caro, se não me engano. Nós lembramo-nos, quando o PS achava que era pouco, como estava o projeto do School Bus, queria alarga-lo a todas as escolas. Não sei se lembra? E se não é barato agora, imagine como seria dessa forma. Mas também lhes quero dizer, eu acho que os TUB têm agora um pezinho de meia e o pezinho de

meia decorre do facto de já terem pago as dívidas da ADSE que nos deixaram. Os TUB têm a capacidade de acomodar estas dificuldades porque, entretanto, conseguiram finalmente terminar de pagar aquilo que era, infelizmente, mais um daqueles legados terríveis que nós tínhamos que infelizmente, pagar. O que está aqui, portanto, perante esta Assembleia é, como diria o Sérgio Godinho, e como cantava o Sérgio Godinho: "a uns soube a muito, a outros soube a pouco". A vocês soube-vos a pouco. A nós parece que nos sabe a tanto. Porque aquilo que nós fomos construindo, sem dúvida alguma, eu acho que é importante nós chegarmos a um entendimento quanto à validade das propostas de cada uns, e se há fantasmas na sala, não são seguramente os dos nossos candidatos, porque os nossos candidatos são mais virados para o futuro do que para o passado. E, nesse aspeto, se alguém tem fantasmas como candidatos, não somos nós, seguramente. Eu sei que isto custa, mas de facto nós olhamos para o relatório, olhamos para a execução, olhamos para os números, aquilo de que nos acusam é de criar endividamento. Ora, aqui já foi explicado, eu não quero repeti-lo vezes sem conta, mas o endividamento que aqui está em cima da mesa, já sabem para que é que serve? É para pagar, entre outras coisas, a tal mirífica concretização da SGEB. Nós finalmente conseguimos, depois de muitos anos, estancar a hemorragia. E nós devíamos estar aqui a celebrar. Esse tipo de endividamento, eu diria que é um endividamento virtuoso e não vicioso, como nós tínhamos antigamente. Eu acho que isso é importante, porque é o que trata também de garantir a tal segurança para as próximas gerações, e de garantir, também, que o futuro da Câmara Municipal e dos que nos sucederem, sejam eles quais forem, não vão estar minados por a herança que nós, infelizmente, tivemos. E, para finalizar, porque efetivamente não vale a pena estar a repetir aquilo que já foi dito quanto às contas e quanto à capacidade de execução da Câmara, eu acho que, e já foi aqui notado, e eu julgo que é algo que faz parte da justiça de alguém,

como eu, e como nós na coligação, porque este é de facto, o último relatório que estamos a analisar da gestão de Ricardo Rio e deste Executivo, e eu acho que é um ato de inteira justiça expressar o nosso reconhecimento. Eu sei que isto pode soar, mais uma vez, a campanha eleitoral, mas depois de doze anos, depois de um mandato que eu julgo que é sempre desafiante, mas que mais uma vez tem os seus méritos perfeitamente reconhecidos, de resto, como sabem, nós estamos tão à vontade em explicar aos cidadãos e aos eleitores aquilo que fazemos, que temos até um site na internet, onde demonstramos o nível de cumprimento das promessas, mas para lá disso, o que eu dizia era que, enquanto o partido que suporta esta maioria, no caso o PSD, nós temos mesmo que reconhecer de viva voz o trabalho que foi feito. Nós não sabemos quem vai estar no próximo executivo. Nós não sabemos quem ganhará as eleições, mas sabemos que depois de doze anos há um antes e há um depois da gestão de Ricardo Rio e da coligação Juntos por Braga. Aquilo que se alterou e a dinâmica que se criou na gestão do município, é um legado desafiante para quem quer que seja que venha a seguir. E eu espero que todos tenham essa noção, porque hoje aquilo que nós debatemos e aquilo que nós criticamos esta Câmara Municipal, não tem rigorosamente nada a ver com o que nós tínhamos a criticar em dois mil e treze. A evolução foi de tal ordem que, felizmente, hoje já ninguém se ri quando falamos de que Braga pode ser candidata a uma Capital Europeia da Cultura que, infelizmente, não conseguimos vencer, mas que teríamos todas as condições e que julgo que todos reconhecemos que era uma candidatura perfeitamente vencedora. Hoje já ninguém se ri quando dizemos que Braga é um pólo dinamizador de cultura, de economia, é um pólo dinamizador social e de conhecimento. Isto já ninguém se ri. Já não é como se dizia no tempo do Partido Socialista, já não é apenas bom viver em Braga, é muito bom viver em Braga, é muito bom crescer em Braga, é muito bom fazer em Braga e conseguir

fazer com que em Braga se crie um espectro de futuro, onde as pessoas sejam o foco da atenção. E não é por acaso, isto valerá o que vale, o que valerá para vocês, mas quando vemos que a Comissão Europeia faz questionários a toda a população ou à população da maior parte das cidades europeias, e verificamos que Braga fica no top dez das cidades em que os cidadãos estão mais contentes e estão mais satisfeitos com a sua cidade, eu peço desculpa, mas eu não tenho mais critérios mensuráveis ou bem que me dão as eleições, ou bem que me dão estes inquéritos. Isto quer dizer que está tudo perfeito? Com certeza que não. Há coisas a fazer, há processos a melhorar, mas eu quero dizer que, como dizia há pouco, aquilo que nós conseguimos e aquilo que nós hoje já temos, já representa uma vitória do que foi o período marcado pela presidência de Ricardo Rio. Nós criamos e, felizmente, assim foi um nível de exigência diferente, quer na população, quer também nos agentes políticos e a próxima campanha eleitoral, desejo eu, que seja marcada por esse acréscimo de exigência e de qualidade. Nós tivemos também, e é importante que se diga, quando estamos a reconhecer o trabalho da Câmara Municipal, nos agentes das freguesias e, portanto, nos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e não estou aqui a distinguir entre partidos, como se fazia no tempo do engenheiro Mesquita Machado, todos os Presidentes de Junta de Freguesia foram agentes importantes e relevantes com que o poder político se soube e, neste caso, o poder do executivo camarário, se soube relacionar e com eles gerar este clima e esta capacidade de fazer com que os cidadãos reconheçam que viver em Braga, de facto, não é bom, é muito bom. Espero por isso, que este relatório de contas, este relatório de atividades que hoje discutimos e que seguramente iremos aprovar, não seja o último de uma série de medidas, de orçamentos, de ímpeto, de dinâmica que nós queremos continuar e que estamos muito seguros que Braga vai reconhecer e os cidadãos bracarenses vão reconhecer, mas para todos os efeitos, como disse, e

mantenho, já temos esta grande vitória, por um lado, mudamos Braga e, por outro, seguramente, vamos continuar a ajudar a fazer com que Braga continue a estar no mapa das principais cidades do país". A palavra foi dada ao ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *para referir que: "Oh Senhor Deputado, eu não fico satisfeito por verificar que o regozijo da maioria que suporta o atual executivo é ter feito obras de manutenção. Quem aceita e quem aceita ir para o Executivo é para fazer obra e para reparar as que estão feitas. O túnel da avenida quantos anos é que já tinha? Precisava de obras de manutenção. Fazê-las é obrigação do Executivo? De facto, o executivo anterior e eu não estou aqui para o defender, nem de longe nem de perto, nem sou suspeito disso, a verdade é que fez muita obra e deixou muita coisa por fazer, mas quem vem a seguir tem que fazer a que ficou por fazer. E de facto não fizeram. Não fizeram Infias. Não fizeram a via do Cávado. Não fizeram as Sete Fontes. Não fizeram coisas novas que surgiram e que podiam ter aproveitado. O João Nogueira falou aqui onde vão fazer o ginásio, mas podia ter falado de Lamaçães. O que é que já se fez em Lamaçães? Há quanto tempo é que lá está o terreno que ainda por cima é público? Não se fez o parque que a Câmara assumiu que era para fazer. Não fez nada, anunciou, e dou o meu louvor ao João Nogueira e por isso ele também é professor, da aula que ele cá veio dar sobre orçamento, porque ele tem, de facto, uma memória de elefante. O Senhor Deputado veio aqui falar das piscinas olímpicas. Oh Senhor Deputado, as piscinas olímpicas é uma das nódoas deste executivo. E ainda alguém irá medir os hectares que o Sporting de Braga ocupou para se verificar que usurpou o terreno público, para se verificar que há ali uma usurpação de terreno público. Eles ocuparam uma grande parte da praça que eu acho que chama dos Arsenalistas e isso tem que ser verificado. Assim como não sei também, porque de facto não conheço as plantas, nem as anteriores, nem as atuais, como é que aquele monstro que nasceu no topo*

nascente do Campo da Vinha, ocupou o espaço que era utilizado publicamente e, inclusivamente, na feira que tem o nome do meu padrinho, que era o António Ribeiro, mas não é rua, portanto tem outra designação que agora não me ocorre. Mas não interessa para o caso. Toda a gente sabe que vai do Largo de São Francisco até ao Campo da Vinha e o espaço que tinha lá, de facto, desapareceu. Agora, as coisas deterioram-se, de facto, mas as obras que vocês recuperaram, já têm problemas, e posso-vos citar o Mercado Municipal. No Pavilhão das Goladas, já lá chove e não está a servir para aquilo que devia ser destinado. Está tudo na garantia, está tudo na garantia. Se não estiver na garantia, está nas obras a mais. Porque ali o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, que sabe que as empresas nunca podem ter prejuízo. Gosto de ouvir os Senhores Deputados dizer que as exportações resultam das empresas privadas. Quais empresas? Não sei quais é que havia de resultar. Não sei porque é que acrescentam o privado, basta dizerem que é das empresas. E há outra coisa que não foi feita em treze anos, já agora, para acabar, que os tais munícipes vieram cá a queixar-se no início, é que, de facto, não se fez nada no ordenamento da cidade. Não se corrigiu o que estava mal e não se fez melhor. E, por isso, é que as pessoas se queixam, porque Braga é uma cidade que, ao contrário do que o Senhor Deputado disse aqui, já é internacional desde o tempo de Augusto, porque fazia parte do Império. Mas a verdade é que os munícipes têm razão para se queixar, porque houve uma sementeira de parques industriais, que tem sido alimentada. Eu não digo que a culpa seja só deste executivo e que, de facto, dificultam imenso a qualidade de vida das pessoas de Braga. E por isso eu acho estranho porque provavelmente, a empresa contratada pela Comissão Europeia para fazer o inquérito que os Senhores referem de certeza que deve ter perguntado a pessoas que só vêm a Braga para ir ao restaurante". Usou da palavra o ***SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA****,* ***RICARDO***

***BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer o seguinte: "permitam-me começar com uma ligeira brincadeira, porque realmente acho que é propícia. O Bloco de Esquerda, como sabem, foi um partido que derivou do PSR, do Partido Socialista Revolucionário e aqui o representante do Bloco de Esquerda foi uma espécie de derivação do Bloco de Esquerda para um novo PSR, que é os partidários do socialismo ao retardador. E eu acho até que a Assembleia Municipal em casa estará quase com uma lágrima ao canto do olho de ver o António Lima como um dos seus maiores defensores, porque até agora a bancada do Partido Socialista dizia deixem-no falar, deixem-no falar, que estava, de facto a corresponder àquilo que é essa legítima representação. Até eu dou do tempo do Presidente da Câmara, ao Senhor Deputado, para ouvir o Dr. António Lima. Esteja tranquilo que a democracia é assim que funciona. O que eu estou a dizer é que o Senhor Deputado António Lima, nas últimas assembleias, tem sido recorrentemente um extraordinário partidário do legado do Partido Socialista na Câmara Municipal de Braga. E eu respeito a sua posição, mas não posso deixar de a registar. Eu disse o Bloco de Esquerda, não falei de si. Falei do partido, não falei de si. A informação foi correta, como normalmente costumam ser as coisas que eu digo aqui nesta bancada e noutros contextos. Em segundo lugar, e de uma forma também ainda não diria humorista, mas mais ligeira, de facto, às vezes o Partido Socialista não ouve muitas vezes aquilo que diz a Deputada Palmira Maciel, e há bocadinho ela dizia uma coisa que é muito relevante, é que às vezes falar menos, é falar melhor. Porque uma das coisas que se nota nestas discussões do Orçamento e do Plano da Câmara Municipal, como sempre no confronto político, é que, como já aqui vários enalteceram, há sempre duas verdades. Há aquela que uns acreditam e aquela que outros não sei se acreditam, mas pelo menos aqui expressam, e aquilo que todos temos que ter, é a consciência tranquila com a verdade que defendemos. Nós, a*

maioria da coligação Juntos por Braga ,está absolutamente convicta daquilo que escreve e que diz nesta Assembleia e fora dela, é aquilo que corresponde à realidade. E não andamos, se calhar, a enganar assim tanta gente. Não é pelo facto de eu ser, como diz o Senhor Deputado João Nogueira, um grande comunicador, que nós conseguimos enganar todos aqueles que ao longo dos anos foram votando nesta coligação. Não se saberá, porque obviamente, não sou eu o líder dessa candidatura, se alguma vez os bracarenses deixariam de ser, contra a minha vontade não, de acordo com a lei, que eu respeito e aprovo e apoio, portanto, nunca se saberá se nas próximas eleições, se fosse eu e a minha equipa a mesma, a candidato, qual seria a opinião dos bracarenses, portanto, nunca serão circunstâncias equivalentes. A mesma coisa que dizer que o Mesquita Machado perderia as eleições em dois mil e treze se fosse candidato, é sempre uma especulação que nunca ninguém alguma vez vai poder comprovar, da mesma forma que agora, em dois mil e vinte e cinco, ninguém poderá comprovar aquilo que eu agora acabei de referir. E, portanto, aquilo que aconteceu em termos eleitorais de forma recorrente e expressiva, foram três maiorias absolutas inequívocas. Aquilo que tem acontecido do ponto de vista demográfico e económico na cidade, as pessoas que para cá vêm e aquelas que de cá não saem, se calhar não estão assim tão enganadas, porque, indiscutivelmente, dizia alguém que hoje é muito melhor viver em Braga, eu diria, mais do que ser muito melhor viver em Braga, porque todos nós vivemos numa lógica de competitividade e de alternativa, não há melhor sítio do que Braga para viver. E por isso é que quem pode vem para Braga, seja de fora do país, seja do país, seja de fora do país português, ou seja de fora do país, não português. E é isso que levou a que Braga não foi assim sempre e nunca foi em comparação com o resto do país, nunca Braga esteve na liderança do ponto de vista do crescimento, em termos demográficos, nunca esteve em termos económicos. E

isso é porque, obviamente, quem olha para Braga, quem vê aquilo que Braga tem para oferecer, reconhece em Braga qualidade de vida, condições de investimento, capacidade de crescimento E isso, obviamente, também é indesmentível. E quando há um bocadinho se falava dos reconhecimentos internacionais, eu também agradeço a preocupação do Deputado João Baptista com o meu futuro, eu também retribuo em relação ao dele, mas retribuo até de uma forma quase que institucional, porque a verdade é que os vereadores, em particular do Partido Comunista, tiveram, ao longo dos últimos anos, nos meus mandatos, um papel muito relevante. Saúdo muito, como sempre o fiz, até publicamente, trabalho do vereador Carlos Almeida, da Vereadora Bárbara e agora do Vereador Vítor e espero que de facto o Vereador João seja algo que possa ser dito depois do mês de outubro. Do João Baptista que estamos a falar. O João Rodrigues está automaticamente eleito. E, portanto, Senhor Vereador, boa sorte na empreitada que tem pela frente, que não é fácil. E menos fácil será também se de facto, não olhar tanto para a realidade do concelho e tentar às vezes diminuir aquilo que é a perceção das pessoas sobre essa realidade. E mesmo essa questão dos anglicismos, sim, é verdade, Braga é hoje a Rising Innovative City, porque é um território em que a inovação é desenvolvida de uma forma muito capaz, atraindo empresas, criando empregos, gerando investimento, gerando valor acrescentado e conseguindo fazê-lo de uma forma inovadora e disruptiva, face àquilo que acontece noutros territórios. Sim, é verdade que Braga esteve nos semifinalistas do European Green Capital, porque precisamente em Braga, ao longo dos últimos anos, temos investido muito ao contrário do que se tem dito e que já ouvimos aqui, na sustentabilidade, na valorização do meio ambiente, na criação de espaços verdes, no alargamento dos espaços verdes, na requalificação das margens dos rios. Aliás, se calhar, numa próxima Assembleia Municipal, veremos um neto do João Nogueira a dizer que se

tomava banho no Rio Este na requalificada zona ribeirinha do Rio Este, ao contrário do avô, que tinha que ir para a ribeira de São Victor, porque não havia um esgoto a céu aberto na zona do Rio Este. E, portanto, sim, é verdade que Braga foi finalista da Capital Europeia da Cultura, ou European Capital of Culture, porque tem uma política de dinamização cultural que marca a diferença nos mais diversos estilos e investimentos que tem concretizado e nas políticas de promoção da dinamização cultural. Sim, é verdade que desde ontem, Braga é a capital da inclusão em termos de habitação, porque o European Capital of Inclusion, como foi assim designado na área da habitação, porque tem um conjunto de políticas transversais a todos os segmentos da população, desde as franjas mais desfavorecidas economicamente, à integração de população sem abrigo, à integração de vítimas de violência doméstica, a toda uma série de outros projetos que foram reconhecidos pela Comissão Europeia, não foi por nenhuma entidade autónoma, não foi por nenhuma votação popular, não foi por nenhum prémio adquirido com as expensas do município, como muitas vezes sugeriram, e assim tantos outros reconhecimentos que Braga tem tido em todas as áreas. E o facto de ser em todas as áreas é, por si só, sintomático daquilo que efetivamente é o desenvolvimento integral muito capaz que a cidade tem tido ao longo dos últimos, anos na área económica, a área social, a área ambiental, a área cultural, a área da proteção civil, a área do desporto, a área da educação, em todas as áreas da governação municipal muito se tem feito, muito temos para mostrar e obviamente que é esse mérito e é esse trabalho que tem sido feito que vai sendo sucessivamente reconhecido a nível nacional e internacional. Olhando para este documento, porque é isso que estamos aqui a discutir, algumas ideias muito, muito singelas e a primeira das quais é a reafirmação da virtuosidade do modelo de financiamento que o município tem tido ao longo dos últimos anos. Ao longo destes últimos doze

anos, Braga nunca, nunca aumentou nenhum imposto municipal. Reduziu vários impostos municipais, reduziu várias taxas municipais, criou vários regimes de isenção, tem políticas muito diversas de benefício às mais diversas tipologias de instituições e franjas da população e com isso, nunca penalizou a capacidade de gerar receita. A receita de Braga foi crescendo graças à dinâmica económica, graças à dinâmica demográfica, e foi esse crescimento da receita que permitiu fazer a multiplicação dos pães, neste caso, omeletes sem ovos. Porque se nós olhássemos aquilo que era a estrutura do orçamento da Câmara Municipal, grande parte desse orçamento estava à partida comprometido com decisões que não foram tomadas por esta maioria. Foram muitas e todas já foram aqui muitas vezes discutidas, não vale a pena estar a repeti-las. Grande parte deste modelo de geração de receita foi depois canalizado para políticas de dinamização de todas estas áreas que eu referi e de investimento, e os últimos anos foram absolutamente eloquentes do ponto de vista da capacidade de investimento da Câmara Municipal. Ao contrário do que aquilo foi dito aqui, em termos de endividamento, não há nenhum agravamento do endividamento da Câmara. E quem for sério e quem quiser olhar para as contas, a ler as contas com seriedade, sabe uma coisa que é indesmentível, a dívida da Câmara de Braga é hoje, e vai ser quando este mandato terminar, muito menor do que aquela que era em dois mil e treze, porque em dois mil e treze a dívida da Câmara Municipal de Braga tinha duas componentes. Tinha uma componente que estava às claras, à vista de todos nas contas municipais, e tinha uma componente que, por força do regime legal aplicável e não por força das responsabilidades que a Câmara tinha que assumir no futuro, estava debaixo do tapete que se chamava parceria público privada e SGEB. Cento e cinquenta milhões de euros de dívida da SGEB, que nunca foram refletidos nas contas quando existiram desde o momento em que a SGEB foi constituída. E, portanto, quem for sério e quem olhar para

aquilo que era a realidade em dois mil e treze e aquilo que é a realidade hoje é aquilo que vai ser a realidade no final deste mandato, percebe que, também do ponto de vista do nível de endividamento, a Câmara Municipal reduziu substancialmente a sua dívida, beneficiando, obviamente, com a redução dos encargos que lhe estavam inerentes. E finalmente, do ponto de vista do investimento, eu só diria o seguinte porque acho que é um resumo claro e inequívoco, num ano como o de dois mil e vinte e quatro, em que nós não anunciamos, nós concluímos obras como o Pavilhão das Goladas, a requalificação do Túnel. E atenção, quando se fala da requalificação do túnel, também é preciso aqui um parêntesis muito rápido e muito sério, não se tratou de fazer uma obra de manutenção, tratou-se de fazer um túnel novo, só não foi preciso abrir o buraco porque um túnel que não tinha nenhumas condições de segurança, que desde o momento em que foi aberto não tinha os sistemas de proteção civil a funcionar, que não tinha uma série de outros mecanismos que são absolutamente fundamentais para garantir a segurança das pessoas, não é uma obra de manutenção, é um novo túnel e por isso é que se gastaram ali quase cinco milhões de euros num túnel que já existia. Não foi a pintar paredes, não foi a pôr pavimento, foi a dotar aquele túnel das condições necessárias para que todos nos possamos sentir tranquilos a circular naquele local. Mas temos o Convento de São Francisco, temos o Arquivo Municipal de Francisco Sanches, temos antes intervenções no Rio Oeste e na Ribeira de Castro, temos a EB um de Figueiredo e de Nogueira. Temos vários outros projetos que estão disseminados por todo o território e que cada um dos Presidentes de Junta de Freguesia e todos os Presidentes de Junta de Freguesia aqui poderiam estar a enunciar e, portanto, acabamos com a SGEB, recebemos os terrenos do Parque das Sete Fontes, conseguimos concretizar uma série de outras matérias fundamentais para o desenvolvimento futuro da cidade, isto apenas num ano, é

muito mais do que foi feito em todo o último mandato do Partido Socialista à frente da Câmara Municipal de Braga. Para quem diz que isto é poucochinho, é um atestado de incompetência a todo esse mandato que foi realizado até dois mil e treze. E, por isso, perante tudo isto, não é preciso olhar para o retrovisor porque nós olhamos para o futuro. Braga só há sua futuro, vai continuar a soar a futuro e vai, obviamente continuar a fazer futuro. E como eu também já disse diversas vezes em reuniões de executivo, os Senhores Deputados não estão lá, e permitam-me aqui repetir, o próximo Presidente de Câmara, qualquer que ele seja, vão ser os bracarenses que o vão escolher, vai ter muito, muito para inaugurar, graças ao trabalho que esta maioria e este executivo está a fazer". Posta à votação, foi a presente proposta ***aprovada com trinta e nove votos a favor do P.S.D., do C.D.S.-P.P., do P.P.M., do Chega, Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias, Independente e Iniciativa Liberal; com sete abstenções de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias e com catorze votos contra do B.E., da C.D.U., do P.S. e do PAN. PONTO NÚMERO QUATRO – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES****. Não se registou nenhuma intervenção.* ***APROVAÇÃO DA ATA EM MINTA****: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um e três, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.* ***ENCERRAMENTO****: Às duas horas, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de trinta de abril, de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*